



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRT DA 15ª REGIÃO

CADERNO DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ÍNDICE ANUAL 2011

(Alfabético e remissivo)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO**

**CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA
DA ESCOLA JUDICIAL**

**ÍNDICE ANUAL
2011**

(Alfabético e Remissivo)

ESCOLA JUDICIAL

Desembargador Federal do Trabalho JOSÉ ANTONIO PANCOTTI
Diretor

Desembargador Federal do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA
Vice-Diretor

CONSELHO CONSULTIVO E DE PROGRAMAS

Desembargador Federal do Trabalho FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
Representante dos Desembargadores do Tribunal

Juiz do Trabalho FIRMINO ALVES LIMA
Representante dos Juizes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza do Trabalho PATRÍCIA MAEDA
Representante dos Juizes Substitutos

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(Voz e Assento)

REPRESENTANTES DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Juiz do Trabalho SIDNEY XAVIER ROVIDA - Araçatuba
Juíza do Trabalho ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA - Bauru
Juíza do Trabalho RITA DE CÁSSIA SCAGLIUSI DO CARMO - Campinas
Juiz do Trabalho JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA - Presidente Prudente
Juiz do Trabalho FÁBIO NATALI COSTA - Ribeirão Preto
Juíza do Trabalho SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTÃO - São José do Rio Preto
Juiz do Trabalho MARCELO GARCIA NUNES - São José dos Campos
Juiz do Trabalho MAURO CÉSAR LUNA ROSSI - Sorocaba

Coordenação

Desembargador Federal do Trabalho José Otávio de Souza Ferreira
- Doutrina
Juiz do Trabalho Jorge Luiz Costa - Jurisprudência

Organização

Serviço de Documentação e Publicações Técnicas:
Laura Regina Salles Aranha – Assistente-chefe/Publicações Técnicas

Jornalista responsável

José Francisco Turco – MTb/SP – 21.571

Capa

Mônica de Oliveira Jürgensen
Patrícia Izumi da Silva

Catálogo na Publicação elaborada pelo
Setor de Biblioteca/TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial /
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
Escola Judicial do TRT da 15ª Região – Campinas/
SP, v.1, n.1, jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Ematra XV

Bimestral

v.7, Índice anual, jan./dez. 2011

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência Trabalhista - Brasil. 4. Justiça do Trabalho - Brasil I. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34:331 (81)
CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguara, 901 – 3º andar – Centro
13015-927 Campinas – SP

Telefone: (19) 3731-1683 - Fax: (19) 3236-0585

e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

SUMÁRIO

ONOMÁSTICO	307
TÍTULO	317
<i>Doutrina</i>	317
ASSUNTO	318
<i>Íntegras</i>	318
<i>Ementário de Jurisprudência</i>	322

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta, optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Dano moral	4/161
- Disciplina legislativa	6/285
- Doença ocupacional	5/223
- Justiça gratuita	1/38, 3/118
- Nulidade dos acordos.....	4/174
- Prescrição quinquenal	3/121

BAUER, Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado

- Natureza suplementar da responsabilidade do empregador pela pensão devida por acidente do trabalho (artigo).....	3/90
--	------

BENATTI, Juliana

- Responsabilidade subsidiária.....	6/294
-------------------------------------	-------

BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos De

- Ação anulatória	2/68
- Acidente do trabalho	3/107, 4/151
- Acidente em obra	4/152
- Acordo de compensação de jornada	5/211
- Acúmulo de função	4/177
- Adicional de insalubridade	5/212, 6/273
- Adicional de insalubridade. Trabalho em creche municipal. Berçarista. Contato com agentes biológicos. Inexistência do direito (íntegra de acórdão)	5/206
- Administração pública	4/154
- Agravo regimental.....	6/276
- Boletim de ocorrência.....	3/110
- Complementação de aposentadoria.....	4/155
- Confissão do reclamante.....	4/159
- Confissão ficta.....	4/159
- Conselho de fiscalização profissional	5/218
- Contribuição previdenciária	5/220
- Corretor imobiliário	4/160
- Direito Processual do Trabalho.....	1/34
- Equiparação salarial	4/177
- Estabilidade acidentária	1/35
- Expedição de ofício.....	4/181
- Hora extra.....	1/37
- Inclusão do reclamante	3/117
- Inconstitucionalidade	4/169
- Jornada de trabalho especial	1/37
- Município	5/232
- Prescrição intercorrente	4/177
- Prescrição	4/176

- Princípio da fungibilidade.....	3/121
- Radialista	4/177
- Trabalho avulso.....	4/181
- Venda.....	5240

BORGES, Fernando da Silva

- Acordo	5/211
- Confusão entre autor e réu	3/111
- Dano moral.....	3/112
- Férias proporcionais.....	5/226
- Indenização.....	5/229
- Pessoa idosa.....	3/119
- Prescrição	4/176
- Servidor público.....	6/295
- Justiça do Trabalho	1/38
- Concurso público	2/71
- Embargos de terceiro	2/74
- Litigância de má-fé.....	2/77
- Pessoa idosa.....	2/78

BURATTO, Renato

- Juros de mora	4/171
- Nulidade	6/291
- Sequestro	6/295
- Sequestro humanitário	6/294

CAMPOS, Flavio Nunes

- Ação de cumprimento	6/270
- Anistia.....	6/277
- Auxílio-doença previdenciário	2/69
- Concessionárias.....	1/32
- Contribuição sindical	2/72
- Emenda à inicial.....	4/163
- Insalubridade adicional	4/170
- Representatividade sindical	4/179
- Servidor	2/69
- Técnico em radiologia	2/81

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Complementação de aposentadoria.....	6/284
- Ação civil pública	6/269
- Acordo coletivo.....	1/28
- Adicional de insalubridade	2/69
- Adicional de transferência	6/273
- Agravo de petição	3/109, 6/276
- Artigo 518 do CPC	6/277

- Astreintes	1/31	- Cálculo das verbas rescisórias.....	4/156
- Cargo em comissão	5/216	- Cargo de confiança.....	4/156
- Competência material.....	1/32	- Cláusula penal.....	3/110
- Complementação de aposentadoria	3/110	- Coisa julgada	3/111, 4/157
- Contribuição previdenciária.....	6/281	- Contribuição previdenciária.....	6/281
- Contribuição	5/219	- Convenção coletiva	4/160
- Dano moral coletivo	6/270	- Convenção e acordo coletivo.....	4/160
- Depósito recursal	5/222	- Dano moral	6/283
- Empregada	5/225	- Danos morais. Manter o empregado ocioso no pátio ou refeitório da empresa no período do aviso prévio (íntegra de acórdão).....	4/136
- Execução trabalhista.....	1/36	- Decisão monocrática	3/113
- Extinção da execução	4/165	- Desjejum	6/284
- Fazenda Pública.....	4/166	- Empregada pública jubilada.....	3/114
- Feriados trabalhados.....	5/230	- Empregado.....	5/225
- Intervenção municipal	6/297	- Equiparação salarial	4/164
- Multa administrativa.....	6/291	- Execução.....	4/165
- Prescrição intercorrente.....	5/233	- Execução fiscal	4/165
CASSIANO, Emiliana Cristina de Souza Célice		- Homologação.....	4/167
- O princípio da dignidade da pessoa humana na pers- pectiva do direito do trabalho (artigo)	2/50	- Honorários advocatícios.....	4/167
COELHO, Helena Rosa Mônico da Silva Lins		- Justa causa.....	4/171
- Usufruto vitalício	1/42	- Manicure	4/182
COOPER, Fabio Allegretti		- Prescrição "ex officio"	4/176
- Abono de faltas	5/209	- Prescrição intercorrente.....	5/233
- Acordo de compensação de horas	3/107	- Revisão anual dos salários	4/180
- Acordo judicial	1/29	- Sindicato	4/180
- Adicional de insalubridade.....	5/212	- Trabalhador de embarcação fluvial	4/181
- Agravo de instrumento.....	3/108	- Vínculo empregatício	4/182
- Complementação de aposentadoria e pensões	4/158	CÔRTEZ JR, Juarez Cleto	
- Contribuição previdenciária.....	3/117	- Direito Consuetudinário. " <i>Par in parem non habet imperium</i> ". Imunidade Absoluta ou Relativa de Juri- dição dos Estados? Aplica-se aos Organismos Interna- cionais? Qual o alcance da recém editada OJ n. 416, da SDI-1, do C. TST? (artigo)	6/252
- Contribuições previdenciárias e fiscais.....	3/117	COSTA , Jorge Luiz	
- Deserção.....	4/162	- Execução	2/75
- Domingos.....	5/224	COTA, Jorge Antonio dos Santos	
- Embargos de terceiro.....	2/73, 2/74	- Excesso de penhora	6/286
- Estabilidade acidentária.....	1/35	CUNHA, Andrea Guelfi	
- Férias proporcionais	1/37	- Recurso ordinário	2/79
- Honorários assistenciais	1/35	DAMIANO, Henrique	
- Horas extras	3/116	- Dissídio coletivo	6/285
- Indenização	1/37	- Conflito negativo de competência	4/159
- Pedido de demissão	4/174	FAGUNDES, Renan Ravel Rodrigues	
- Prescrição intercorrente.....	2/78	- Contribuições.....	1/34
- Responsabilidade subsidiária.....	3/123	FERREIRA, Adelina Maria do Prado	
- Servidor público	5/239	- Acidente de trabalho.....	6/271
- Vale transporte.....	4/182		
- Vínculo empregatício	4/182		
COOPER, Flavio Allegretti de Campos			
- Acúmulo de função.....	4/153		
- Acidente <i>in itinere</i>	4/152		
- Aeronauta.....	6/274		
- Anotação na CTPS	5/214		
- Caderneta de poupança	5/216		

- Carteira de trabalho e previdência social	6/278	- Servidor celetista	2/80
- Celeridade e segurança	6/278	- Sucessão	2/80
- Viagem a serviço	6/297	- Teoria da desconsideração	6/296
- Viagem a serviço da empresa. transporte gratuito em aeronave de seu proprietário. responsabilidade objetiva do transportador e subjetiva do empregador. vantagem indireta (íntegra de acórdão)	6/260	- Terceirização	5/239
		- Trabalho aos feriados	4/181
		- Transferência provisória	1/42
		- Transferência	5/240
		- Troca de uniforme	3/124

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Estrangeiro	4/165
- Estrangeiro. Situação irregular. Direitos sociais (íntegra de acórdão)	4/147

FONSECA, Leniro da

- A vedação constitucional de contribuições previdenciárias sobre "remunerações devidas" nas ações trabalhistas (artigo)	4/132
--	-------

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Ação anulatória	5/209
- Ação civil pública	6/269
- Acidente de trabalho	5/210, 5/232, 6/271, 6/272
- Adicional de insalubridade	5/212
- Agravo de instrumento	1/29
- Aplicação da lei material estrangeira não afasta a lei processual brasileira (íntegra de acórdão)	5/199
- Brasileiro que presta serviços no exterior. Relação regida pelo direito material estrangeiro (íntegra de acórdão)	5/199
- Complementação de aposentadoria	4/158, 6/280
- Concessão de serviço público	5/218
- Construção judicial	3/111
- Contribuição previdenciária	2/71, 2/72
- Contribuição sindical	4/159
- Crédito da IMESP	3/112, 6/282
- Dano material	6/282
- Dano moral imputado a brasileiro que trabalhou no exterior. indenização compensatória devida (íntegra de acórdão)	5/199
- Dano moral	5/221, 6/278
- Direito material estrangeiro	6/278
- Equiparação salarial	6/286
- Execução	5/226
- Hipoteca judiciária	2/76
- Imposto de renda	3/117, 4/169
- Indenização	3/118
- Inversão do ônus da prova	6/289
- Justa causa	6/289
- Lei material estrangeira	6/278
- Multa	1/39
- Município	5/232
- Prescrição	1/39
- Redução da capacidade de trabalho	5/218

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Acidente do trabalho	4/164
- Dano moral	6/282
- Horas "in itinere"	5/227
- Norma coletiva	5/232
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço. Ente público. Reconhecimento (íntegra de acórdão)	2/58

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Agravo de petição	1/30, 2/69
- Aviso prévio	4/155
- Cargo em comissão	1/32
- Cartões de ponto	6/278
- Contrato de trabalho	1/33
- Contrato nulo	1/33
- Contrato temporário. Nulidade. Transmutação do contrato a prazo para contrato por tempo indeterminado. Não ocorrência (íntegra de acórdão)	3/101
- Contribuição sindical patronal	1/33
- Danos morais	2/73
- Danos morais e materiais	5/222
- Doméstico	5/224
- Embargos declaratórios	6/293
- Falência	2/75
- Frutos financeiros	3/116
- Honorários advocatícios	6/294
- Horas de espera	4/167, 4/168
- Horas extras	3/117
- Horas "in itinere"	4/168
- Intimação da sentença	5/230
- Justiça gratuita	3/118, 4/171, 4/172
- Medida cautelar inominada	4/173
- Município	1/33
- Penhora	2/77, 3/119
- Plano previdenciário	5/233
- Prévia aprovação em concurso público	1/33
- Recurso ordinário	6/293
- Revelia	6/294
- Trabalho temporário: objetivo valioso; colocar o desempregado na vitrine do mercado de trabalho (íntegra de acórdão)	3/101
- União estável	6/296, 6/297
- Vale transporte	4/168
- Vínculo de emprego	1/33

GRASELLI, Fabio

- Ação de indenização.....	6/270
- Ação rescisória.....	6/271
- Acidente do trabalho	5/210
- Adicional de insalubridade.....	4/153
- Adicional por tempo de serviço.....	6/273
- Agravo de petição.....	6/276
- Conflito de atribuições	3/111
- Contrato de trabalho	5/218
- Contrato de trabalho. Atleta de futebol. Rescisão antecipada. Mútuo acordo. Cláusula penal contratual e indenização do art. 479 da CLT. Indevidas (íntegra de acórdão)	5/205
- Cooperativa de trabalho	5/220
- Danos morais	6/283
- Dirigente sindical.....	1/35
- Falência.....	5/226
- Furto de veículo.....	3/116
- Honorários periciais	5/227
- Imposto de renda	5/228
- Incompetência da Justiça do Trabalho	4/169
- Juros de mora.....	6/289
- Licença-prêmio.....	6/290
- Litigância de má-fé.....	6/290
- Pagamento.....	4/174
- Penhora	4/174
- Peticionamento eletrônico.....	3/120
- Prescrição intercorrente.....	6/292
- Salário profissional	6/294
- Venda	5/240

GRASELLI, Hélio

- Relativização da coisa julgada.....	3/122
---------------------------------------	-------

GULLA, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira

- Mandado de segurança.....	1/39, 3/119
- Sucessão trabalhista.....	6/296

KHAYAT, Mariane

- Danos morais	3/113
- Ilegitimidade de parte.....	3/117
- Indenização	4/170
- Mandado de segurança.....	3/118
- Meação do cônjuge	4/172
- Município.....	3/119
- Trabalhador avulso	1/41

LANDI, Flávio

- Dano moral	6/283
- Gravação	6/287
- Revista de empregados.....	6/294
- Salário por produção	6/283

LARAIA, Ricardo Regis

- Danos material e moral.....	2/73
-------------------------------	------

- Execução.....	2/75
- Imunidade de jurisdição	2/77
- Relação de emprego	2/80

LAZARIM, Luiz Antonio

- Acidente de trabalho.....	4/152
- Auxílio-doença	2/71
- Categoria diferenciada.....	2/70
- Cerceamento de defesa.....	4/156
- Contrato de trabalho temporário.....	3/112
- Honorários advocatícios.....	2/71, 6/295
- Imposto de renda	6/295
- Indenização por dano moral.....	5/237
- Intervenção municipal	4/171
- Magistrado. Aposentadoria. Tempo de serviço exercido até a publicação da EC n. 20/1998. Acréscimo de 17% (dezessete por cento). Direito adquirido (íntegra de acórdão).....	1/11
- Responsabilidade civil.....	5/237
- Sindicato	6/295
- Vínculo de emprego	3/124

LEITE, Maria Cecília Fernandes Álvares

- Comissionista.....	5/217
- Direitos individuais.....	2/73
- Falência	2/75
- Incompetência material	3/117
- Substituição processual	5/239
- Taxa Selic	2/81

LIMA, Samuel Hugo

- Ação anulatória.....	6/269
- Depósito recursal	4/162
- Embargos de terceiro.....	3/114
- Falsa parceria	6/287
- Prescrição.....	4/177
- Rescisão indireta.....	6/293

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

- Acordo	5/211, 6/273
- Concurso público.....	5/218
- Custas	6/282
- Dano moral coletivo	5/220
- Demissão em massa.....	6/284
- Denúnciação à lide	6/284
- Ente público	5/225
- Honorários periciais	6/288
- Julgamento do mérito	6/289
- Limites objetivos da lei	6/290
- Penhora	6/291
- Prova pericial emprestada	5/234
- Recurso	5/234
- Trabalhador rural.....	6/296
- Violação a direito material	6/297

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

- Competência..... 4/157

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Ação anulatória 6/269
 - Ação monitória..... 6/270
 - Acidente de trabalho4/151, 6/272
 - Acidente de trajeto 5/210
 - Acúmulo de função 4/153
 - Adicional de insalubridade 1/29, 5/212
 - Agravo de instrumento..... 5/213
 - Agravo de petição 6/275
 - Assédio processual..... 4/155
 - Audiência..... 1/31
 - Autarquia estadual..... 5/215
 - Benefícios da justiça gratuita 2/70, 3/110, 6/277
 - Cargo de confiança..... 3/110
 - Cerceamento de defesa 6/278
 - Condenação 4/158
 - Contrato de subempreitada 3/112
 - CTPS..... 4/161
 - Dano moral 2/72, 5/221
 - Depósito recursal..... 4/162
 - Doença ocupacional 2/73, 4/162
 - Execução 5/226
 - Férias..... 5/227
 - Horas extras 4/168
 - Imposto de renda 5/228
 - Impugnação do valor 5/228
 - Indenização..... 4/170
 - Intervalo intrajornada..... 1/41
 - Justiça gratuita 5/227
 - Laudo pericial..... 5/230
 - Litigância de má-fe..... 5/230
 - Penhora 3/119
 - Prescrição 4/175, 6/292
 - Recurso ordinário..... 4/178
 - Rescisão indireta 4/179
 - Responsabilidade subsidiária..... 5/238, 6/294
 - Retificação da guia GFIP 4/180
 - Súmula 2/80
 - Terceirização da atividade-fim 4/178
 - Trabalho em câmara frigorífica 1/41

LOPES, Edmundo Fraga

- Ação rescisória 5/210, 6/271
 - Acidente de trabalho 6/272
 - Acordo fraudulento 6/273
 - Acordo 5/211
 - Acordo judicial..... 5/211
 - Adicional de insalubridade 4/153, 5/212
 - Adicional por acúmulo de função 5/213
 - Agravo de instrumento..... 4/154, 6/274
 - Ato atentatório..... 4/155

- Auxílio doença 4/155, 5/215
 - Benefícios auxílio-alimentação 5/216
 - Comissão 5/217
 - Contrato de experiência 3/111
 - Dano moral..... 3/112, 5/221
 - Despesa com publicação de edital..... 6/284
 - Embargos de terceiro 6/286
 - Estabilidade 5/225
 - Fraude à execução..... 6/288
 - Horas extras 5/227
 - Indenização por danos morais. Furto de veículo da empresa no qual estava a CTPS do trabalhador. Culpa levíssima (íntegra de acórdão) 6/257
 - Jurisdição. Imunidade. Organismo internacional. Vínculo empregatício. Possibilidade (íntegra de acórdão) 6/258
 - Parcela 6/291
 - Penhora 4/174
 - Prescrição intercorrente 3/120, 4/177, 5/233
 - Reajuste de vencimentos..... 4/178
 - Servidor público..... 6/295
 - Vínculo empregatício..... 5/240

MACHADO, João Alberto Alves

- Acidente de percurso 6/271
 - Agravo de petição 6/275
 - Lavoura canavieira 4/172
 - Readaptação 6/292

MADOGGIO, Mariana Carvalho

- O pós-positivismo: conceituação através de uma breve pesquisa bibliográfica (artigo) 1/6

MALM, Thomas

- Complementação de aposentadoria..... 6/280
 - Terceirização ilícita..... 3/124

MARQUES, Claudinei Sapata

- Ação trabalhista..... 1/28
 - Acordo de compensação de jornada 6/272
 - Acordos coletivos..... 4/153
 - Adicional noturno 5/213
 - Adicional por tempo de serviço..... 6/273
 - Administração pública 6/273
 - Assédio processual 6/277
 - Aviso prévio 1/31, 5/215
 - Base de cálculo..... 5/215
 - Competência..... 2/71
 - Consórcios públicos 6/280
 - Dano moral..... 4/161
 - Desvio funcional 6/284
 - Direito de imagem..... 4/162
 - Dona da obra 5/216
 - Efetividade da execução 6/285
 - Hipoteca judiciária 2/76

- Intervalo intrajornada	4/171
- Intervenção municipal	6/289
- Plano de saúde	4/175
- Prescrição intercorrente	3/121, 6/292
- Quitação	3/121
- Redução do descanso intercalar	4/178
- Representante comercial	1/41
- Salário mensal	2/80
- Terceirização	5/216
- Trabalhador doméstico	1/41
- Turnos ininterruptos de revezamento	4/181
- Vale transporte	4/182
- Vínculo empregatício	4/182

MATTIOLI, Maria Cristina

- Nulidade de sentença. Jogador de futebol (íntegra de acórdão)	4/145
---	-------

MONEGATTO, Regina Dirce Gago de Faria

- Equiparação salarial	2/74
- Nulidade da sentença	2/77

MONTANAGNA, Antonio Francisco

- Acordo judicial	1/28
- Adicional de insalubridade	1/29
- Agravo de instrumento	2/69
- Benefício da justiça gratuita	1/31
- Comissão de conciliação prévia	5/217
- Recurso ordinário	2/79
- Responsabilidade subsidiária	4/179, 5/238

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e

- Auxílio refeição	5/215
- Acordo coletivo	1/28
- Aposentadoria	4/154
- Cerceamento de defesa	2/71, 6/279
- Condenação criminal	5/218
- Condições da ação	4/159
- Contrato de safra	5/218
- Dano moral	2/73
- Depósito recursal	4/161
- Empresa promotora de vendas	1/35
- Exceção de incompetência	3/115
- Execução	2/75
- "Factum principis"	1/36
- Falência	6/287
- Hipoteca judiciária	4/167
- Incompetência em razão do lugar	3/115
- Indenização por danos morais	1/37
- Município	4/173
- Prescrição	6/292
- Suspensão do contrato de trabalho	6/296
- Vínculo de emprego	2/82, 5/241

NEVES, Elency Pereira

- Ação anulatória	6/269
- Agravo de instrumento	5/213
- Agravo de petição	5/214
- Bem de família	2/766
- Cerceamento de defesa	6/279
- Construção judicial	2/71
- Estabilidade pré-eleitoral	1/35
- Diferenças salariais	3/113
- FGTS	5/227
- Inquérito judicial	6/288
- Intervalo intrajornada	5/230
- Legitimação ativa	6/290
- Prescrição quinquenal	3/121
- Recurso adesivo	3/121
- Retificação de função na CTPS	5/239

NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves

- Contribuição sindical	6/295
- Acolhimento do laudo	6/272
- Acúmulo de função	6/273
- Afixação de cartaz	6/274
- Agravo de petição	6/276
- Alteração legislativa	6/276
- Contribuições previdenciárias	6/281
- Dano moral	6/283
- Dissídio de greve	6/285
- Infração por crime ambiental	6/288

NUNES, José Manoel Goes

- A vedação constitucional de contribuições previdenciárias sobre "remunerações devidas" nas ações trabalhistas (artigo)	4/132
- O pós-positivismo: conceituação através de uma breve pesquisa bibliográfica (artigo)	1/6

NUNES, Luiz Roberto

- Ação de indenização	4/151
- Acidente do trabalho	6/272
- Acordo judicial	3/108
- Adicional de insalubridade	4/154
- Ausência de intervenção do Ministério Público do Trabalho	4/155
- Cautelar inominada	4/156
- Comissão de Conciliação Prévia	4/157
- Competência	6/279
- Contribuição sindical rural	6/281
- Dano ambiental	3/120
- Dano material	3/120
- Dano moral	3/120
- Embargos de terceiro	5/225
- Execução fiscal	6/287
- Fisioterapeuta	3/115
- Imposto de renda	3/117, 4/169

- Incompetência da Justiça do Trabalho	4/169
- Indenização por dano social	6/288
- Indenização por danos morais e materiais	3/120
- Jardineiro	2/77
- Justa causa	5/230
- Município	6/291
- Penhora	5/233
- Prescrição	3/120
- Sucessão de empresas	3/120
- Terceirização	4/180

OLIVA, José Roberto Dantas

- Convenção Coletiva de Trabalho	6/281
--	-------

OLIVEIRA, Maria Madalena de

- Embargos à execução.....	5/224
----------------------------	-------

PANCOTTI, José Antonio

- Ação anulatória	2/68
- Ação monitória.....	4/151
- Acidente de trabalho	2/68
- Adicional de insalubridade	3/108
- Agravo de instrumento.....	6/274
- Agravo de petição	1/30, 5/214, 6/275
- Atividade de processamento de dados	3/109
- Banco de horas	1/31
- Cesta básica	4/157
- Complementação de aposentadoria.....	4/156, 6/279
- Contratos de experiências	6/280
- Contribuição previdenciária e fiscal.....	5/219
- Contribuição previdenciária	5/219
- Corretora de seguros	4/160
- Dano moral e material.....	1/34
- Danos morais.....	5/220, 6/280, 6/282
- Direito fundamental	5/222
- Dissídio coletivo.....	5/222
- Doença ocupacional/profissional	4/162, 5/223
- Embargos de terceiro	3/114
- Estatuto da lavoura canavieira.....	3/114
- Exceção de competência.....	2/74
- Exercício.....	4/165
- Falsa parceria. Extração de látex em seringal. Vínculo empregatício. Possibilidade (íntegra de acórdão)	4/137
- Indenização por danos morais	4/163
- Indenização.....	5/229
- Intervenção do Estado.....	6/288
- Justa causa patronal	1/36
- Justa causa	4/171
- Porte de arma.....	4/175
- Progressão funcional	4/166
- Recurso ordinário.....	5/237
- Reposição de perdas salariais	5/223
- Trabalhador rural.....	6/296
- Vale alimentação.....	5/240
- Vínculo empregatício.....	2/82

PILEGIS, Olga Regiane

- Acidente típico	4/152
- Acordo inadimplido	3/108
- Culpa exclusiva da vítima.....	1/41
- Dano moral.....	4/161
- Danos materiais	1/37
- Divulgação.....	4/162
- Indenização por danos morais e materiais	1/37
- Médico.....	4/173
- Multa.....	4/173
- Nepotismo	4/170
- Prisão do trabalhador	3/121
- Quantificação indenizatória.....	4/161
- Responsabilidade	5/238
- Responsabilidade civil	1/41

PISTORI, Gerson Lacerda

- Cargo em comissão	1/32
- Compensação ou dedução de valores	1/32
- Imposto de renda.....	2/76
- Jornada de trabalho	3/114
- Vínculo empregatício.....	2/82

PITAS, José

- Ação de indenização	4/151
- Ação rescisória.....	5/210, 6/271
- Acidente de trabalho	2/68, 6/272
- Adicional de insalubridade	4/153
- Adicional de periculosidade	3/108
- Arrematação	6/277
- Banco de horas	2/70
- Complementação de aposentadoria.....	5/217
- Contratação ilícita	3/111
- Contribuição sindical	2/72
- Embargos de terceiro	6/286
- Enquadramento dos tratoristas	4/164
- Ente público.....	4/164
- Fraude à execução.....	5/227
- Fraude.....	4/166
- Horas extras.....	4/168
- Justa causa	4/171
- Multa.....	5/232
- Município	4/174
- Penhora	3/119
- Prescrição "ex officio"	4/176
- Prescrição intercorrente	5/233
- Responsabilidade da empregadora.....	4/176
- Responsabilidade subsidiária.....	4/179
- Trabalhador em cartório	1/41
- Trabalhador rural	5/240
- Trabalho rural.....	2/81

PÔRTO, Marcos da Silva

- Dano moral e material.....	2/72
------------------------------	------

RIZZARDO, André Augusto Ulpiano

- Certidão de dívida trabalhista 5/217

RODA, Julio Cesar

- Fixação de indenização 5/221

- Danos materiais 5/221

RUFINO, Marcelo Magalhães

- Horas extras 4/168

SANTOS, Edgard Vieira dos

- O princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva do Direito do Trabalho (artigo)..... 2/50

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Ação cautelar 2/68

- Ação civil pública..... 3/107

- Ação de cobrança 1/28

- Acordo de compensação de horas 4/153

- Acúmulo de funções 5/211

- Adicional de insalubridade..... 4/154

- Assédio moral 5/215

- Auto de infração 3/110

- Bem de família..... 2/70

- Contratos de safra 6/280

- Contribuições previdenciárias..... 4/160

- Cooperativa..... 6/281

- Dano moral 6/283

- Danos materiais e morais 5/221, 6/283

- Direito de arena 1/34

- Entidade sindical..... 2/74

- Execução provisória 1/36

- Federação..... 4/166

- Honorários advocatícios..... 4/167

- Horas "in itinere" 5/228

- Jogador de futebol 6/289

- Legitimidade 4/172

- Município..... 1/39

- Reintegração de posse 6/293

- Representação sindical 3/123

- Servidor público 3/123, 6/295

- Terceirização de serviços 4/180

- Trabalhador rural 2/81

SCARABELLI, Camila Ceroni

- Anistiado político. Não caracterização. Inexistência de ato normativo da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça ou do Poder Executivo (íntegra de sentença)..... 2/62

SEROTINI, André

- O pós-positivismo: conceituação através de uma breve pesquisa bibliográfica (artigo)..... 1/6

SILVA, Luciane Storel da

- Direito do Trabalho 1/34

SILVA FILHO, Laurival Ribeiro da

- Ação rescisória 2/68, 6/271

- Aviso prévio..... 5/231

- Cláusula..... 4/157

- Férias em dobro 3/115

- Justa causa..... 5/231

- Turnos ininterruptos de revezamento 5/232

SILVA, Cláudia de Almeida Borges da

- A vedação constitucional de contribuições previdenciárias sobre "remunerações devidas" nas ações trabalhistas (artigo) 4/132

SILVA, João Batista da

- Anistia 4/163

- Execução fiscal. Multa por infração às normas de proteção ao trabalho. Natureza jurídica não tributária. Encargo do Decreto-lei n. 1.025/1969. Incidência e substituição dos honorários advocatícios. Taxa Selic. Aplicabilidade (íntegra de acórdão)..... 1/23

- Motorista 4/173

SILVA, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da

- Agravo de instrumento 5/213

- Agravo de petição..... 1/30, 6/276

- Agravo regimental 3/109

- Competência 6/279

- Conflito de competência 4/159

- Contribuição previdenciária..... 1/30

- Deserção..... 5/222

- Dupla penalidade..... 2/79

- Embargos à execução 5/224

- Empregado público 5/225

- Enquadramento funcional 3/114

- Estabilidade decenal 2/78

- Indenização 4/169

- Jornada de trabalho..... 5/240

- Juros de mora..... 2/77

- Justiça do Trabalho..... 6/289

- Mandado de segurança..... 5/231

- Penhora 4/174

- Prescrição..... 4/175

- Recurso 2/78

- Representação processual 4/178, 4/179

- Responsabilidade..... 5/238

- Responsabilidade subsidiária..... 4/179

- Turnos ininterruptos de revezamento 5/240

SILVA, Luiz José Dezena da

- Ação cautelar inominada..... 5/209

- Ação de indenização..... 4/151

- Agravo de instrumento 5/213

- Agravo de petição..... 1/30, 2/69, 3/109, 5/214, 6/275

- Canavieiro 5/216

- Complementação de aposentadoria 4/158

- Controle de ponto.....	4/175	- Expedição de certidão.....	5/226
- Dano moral.....	4/161	- Justiça gratuita.....	1/38
- Dispensa arbitrária.....	6/285	- Manutenção de plano de saúde.....	6/290
- Dispensa.....	5/236	- Recurso ordinário.....	3/122
- Ente público.....	4/164	- Retenção de imposto de renda.....	1/32
- Falência.....	4/166	- Transporte de valores.....	6/296
- Feriados trabalhados.....	6/287		
- Fraude.....	3/115	TOLEDO FILHO, Manoel Carlos	
- Inépcia da petição inicial.....	4/170	- Audiência.....	6/277
- Mandado de segurança.....	5/231	- Chácara.....	6/279
- Mandado de segurança.....	6/290	- Contribuição sindical.....	5/220
- Prescrição.....	4/177	- Diferenças salariais.....	4/162
- Recurso ordinário.....	1/40, 2/79, 2/80, 3/122, 5/234, 5/235, 5/236, 5/237, 6/292, 6/293	- Doença ocupacional.....	6/285
- Relação de emprego.....	4/178	- Horas " <i>in itinere</i> ".....	4/169
- Responsabilidade civil.....	3/123	- Litispendência.....	5/231
- Vínculo de emprego.....	4/182	- Período pré-contratual.....	6/291
		- Responsabilidade subsidiária.....	5/238
SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de			
- Ação de cobrança.....	3/107	VASCONCELLOS, Ana Maria de	
- Ação rescisória.....	5/209, 5/210	- Ação cautelar inominada.....	6/269
- Acordo.....	1/28	- Banco de horas.....	6/277
- Agravo de instrumento.....	5/213, 6/274	- Certidão de dívida trabalhista.....	5/217
- Agravo de petição.....	5/213, 5/214, 6/275	- Consórcio.....	3/111
- Agravo de petição. Nulidade de arrematação. Alienação judicial por iniciativa particular. Oferta parcial em dinheiro e em debêntures. Nulidades. Resultado vil (íntegra de acórdão).....	3/93	- Contrato de safra.....	4/159
- Donos do imóvel.....	1/35	- Desvio de função.....	3/113
- Fazenda Pública.....	4/166	- Embargos de terceiro.....	6/286
- Intervalo intrajornada.....	3/118, 4/171	- Execução.....	5/225
- Justiça gratuita.....	4/171	- Férias proporcionais.....	6/287
- Prescrição.....	4/177	- Grupo econômico.....	6/288
- Recurso ordinário.....	2/79, 3/122, 5/234, 6/293	- Indenização.....	5/229
- Tomadora de serviços.....	1/41	- Intervalo.....	1/38
		- Juros.....	1/38
SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de		- Multa.....	3/119
- Agravo de instrumento.....	6/274	- Norma coletiva.....	5/232
- Agravo de petição.....	1/30, 2/70, 5/214	- Perícia.....	4/175
- Aposentadoria.....	6/277	- Prescrição.....	1/40
- Cargo em comissão.....	3/124	- Prescrição intercorrente.....	5/233
- Cláusula.....	6/279	- Recurso adesivo.....	1/40
- Contribuição sindical.....	4/160	- Responsabilidade subsidiária.....	3/123
- Gratificação de função.....	2/76	- Servidor público.....	5/239
- Guia do depósito recursal.....	5/227		
- Hipoteca judiciária.....	4/167	VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo	
- Horas extras.....	2/76	- Ação de cobrança.....	6/270
- Recurso ordinário.....	4/178	- Contrato de facção.....	3/112
- Regime de jornada.....	3/122	- Cumulação.....	4/163
		- Dono da obra.....	6/285
TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César		- Empregado público.....	4/163
- Arrematação pelo credor.....	5/215	- Intervalo intrajornada.....	5/230
- Cargo em comissão.....	1/31, 2/70	- Trabalhador rural.....	4/181
- Doença.....	6/287	- Trabalho rural.....	4/181
- Embargos declaratórios.....	1/35		
- Execução.....	3/115	WESTFAHL, Daniela Villas Boas	
		- O efeito da ADC 16 no caso típico de inadimplemento dos pagamentos rescisórios trabalhistas pela empresa que presta serviços ao ente público (artigo).....	4/193

ZANARDI, Valdevir Roberto

- Contribuições previdenciárias..... 1/34
- Servidor público 2/80

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

- Controvérsia..... 4/160

- Exceção de pré-executividade 6/286

- Município..... 6/291

ZERBINATTI, Marina de Siqueira Ferreira

- Custas 5/220
-

Doutrina

O pós-positivismo: conceituação através de uma breve pesquisa bibliográfica.....	1/6	nas ações trabalhistas.....	4/132
O princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva do Direito do Trabalho.....	2/50	O efeito da ADC 16 no caso típico de inadimplemento dos pagamentos rescisórios trabalhistas pela empresa que presta serviços ao ente público.....	5/193
Natureza suplementar da responsabilidade do empregador pela pensão devida por acidente do trabalho.....	3/90	Direito consuetudinário: <i>par in parem non habet imperium</i> - Imunidade absoluta ou relativa de jurisdição dos Estados? Aplica-se aos organismos internacionais? Qual o alcance da recém editada OJ n. 416, da SDI-1, do C. TST?.....	6/252
A vedação constitucional de contribuições previdenciárias sobre “remunerações devidas”			

Íntegras

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHO EM CRECHE MUNICIPAL. BERÇARISTA. CONTATO COM AGENTES BIOLÓGICOS. INEXISTÊNCIA DO DIREITO. Não há como deferir o pretendido adicional de insalubridade em decorrência das atividades como berçarista (troca de fraldas, banho em crianças, assepsia de pequenos ferimentos, limpeza de coriza etc), pois a questão se resolve pela análise do próprio Anexo 14, da NR15, que exige, para a configuração da insalubridade em grau médio, trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou material infectocontagante em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana, aplicando-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes ou que manuseiem seus objetos sem prévia esterilização. O local de trabalho da reclamante (Creche Municipal) não se equipara a estabelecimento destinado aos cuidados da saúde humana. Nestes termos, ainda que o laudo pericial disponha em sentido contrário, o deferimento do adicional de insalubridade exige que a atividade desenvolvida conste da classificação da atividade insalubre na relação oficial pelo Ministério do Trabalho, o que definitivamente não ocorre nestes autos. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 04, I, da SDI-I, do C. TST. Rel. Des. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi.....5/206

AGRAVO DE PETIÇÃO. NULIDADE DE ARREMATACÃO. ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR. OFERTA PARCIAL EM DINHEIRO E EM DEBÊNTURES. NULIDADES. RESULTADO VIL. Atendendo aos princípios constitucionais insculpidos no art. 37 da Carta Política, que hão de reger toda atuação estatal, inclusive a Judiciária, e, ainda, aqueles próprios do processo de execução (primazia da tutela específica ou do resultado), inconcebível que as formas de expropriação não se concretizem em dinheiro, exatamente no caso de obrigação de pagar. Por isso, não se aperfeiçoa alienação por iniciativa particular, feita sem caução, em que o arrematante oferece parte em dinheiro e outra (maior) em debêntures, que não têm negociação em bolsa e cuja

liquidação não é imediata, flutuando às vicissitudes do mercado não oficial de títulos. Afinal das contas, até agora não ocorreu o pagamento integral do preço. Isso não bastasse, no edital que se fez publicar, não foi indicado o valor da avaliação do bem e, tampouco, em nome da lisura e da igualdade de todos eventuais interessados, não foi esclarecido que a proposta de aquisição recebida previa pagamento parcial em dinheiro e em debêntures, o que macula o certame. De outro lado ainda, na prática, a alienação se deu por valor vil, pois nem atingiu vinte por cento do da avaliação, implicando total esvaziamento da garantia do credor fiscal. Anula-se, portanto, a arrematação, daí sub-rogando-se a agravada arrematante nos créditos trabalhistas correspondentes aos valores em dinheiro depositados e que já foram levantados, devendo prosseguir a execução, como de direito. Agravo provido. Rel. Des. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza.....3/93

ANISTIA POLÍTICA. EMPREGADO PÚBLICO DEMITIDO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO. Juíza do Trabalho Camila Ceroni Scarabelli.....2/62

ATLETA DE FUTEBOL. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CESSÃO DEFINITIVA. REINTEGRAÇÃO E MULTA INDEVIDAS. Rel. Des. Maria Cristina Mattioli.....4/145

BRASILEIRO QUE PRESTA SERVIÇOS NO EXTERIOR. RELAÇÃO REGIDA PELO DIREITO MATERIAL ESTRANGEIRO. Quando brasileiro trabalha no exterior, a relação jurídica é regida pela lei material vigente no país da prestação de serviços e também pelas normas estabelecidas nas Convenções Internacionais pela OIT. Aplicação da diretriz estabelecida na Súmula n. 207 do C. TST. APLICAÇÃO DA LEI MATERIAL ESTRANGEIRA NÃO AFASTA A LEI PROCESSUAL BRASILEIRA. A aplicação da lei material estrangeira não afasta a incidência da lei processual brasileira, ante a competência da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar a ação processada em território nacional. A preservação da efetividade do processo, como ferramenta institucional apta a garantir

a reparação da lesão sofrida por cidadão brasileiro, legítima e justifica a aplicação do sistema jurídico processual brasileiro. Inteligência do art. 198 do Código Bustamante à luz dos artigos 1º, 5º, XXXV e 114 da CF/1988. DANO MORAL IMPUTADO A BRASILEIRO QUE TRABALHOU NO EXTERIOR. INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA DEVIDA. Empregador que admite profissional como estagiário e paga salários em valor inferior ao estabelecido, quando o empregado já se encontra em país estrangeiro, causa dano inequívoco a sua honra e reputação. Devido o pagamento de indenização compensatória do dano moral provocado pelo abuso do poder diretivo patronal. Aplicação da Convenção 111 da OIT. Rel. Des. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....5/199

CONTRATO DE TRABALHO. ATLETA DE FUTEBOL. RESCISÃO ANTECIPADA. MÚTUO ACORDO. CLÁUSULA PENAL CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO DO ART. 479 DA CLT. INDEVIDAS. A cláusula penal contratual (art. 28 da Lei n. 9.615/1998) e a indenização prevista no art. 479 da CLT não têm aplicação quando a rescisão antecipada do pacto laboral ocorre por mútuo acordo entre as partes. Rel. Des. Fabio Grasselli.....5/205

CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE. TRANSMUDAÇÃO DO CONTRATO A PRAZO PARA CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO. NÃO OCORRÊNCIA. Não se justifica a transmutação do contrato a prazo temporário para contrato por tempo indeterminado, pois todos os requisitos da Lei nº 6.019/1974 (arts. 9º e 11º) restaram observados: 1. o reclamante foi admitido pela fornecedora de mão-de-obra temporária/quarta reclamada, que firmara contrato de prestação de serviços com a empresa tomadora/primeira reclamada, com o intuito de atender a acréscimo extraordinário de serviços; 2. a contratação do obreiro vigeu apenas enquanto perdurou o acréscimo extraordinário de serviços, tendo sido prorrogada após Comunicação à Gerência Regional do Trabalho e Emprego, respeitando, desta forma, a estipulação temporal de que trata o artigo 10 da mencionada lei (que fixa um período máximo para o contrato temporário, não estabelecendo termo exato para a sua terminação, que fica vinculada estritamente à hipótese que ensejou esta modalidade contratual). **TRABALHO TEMPORÁRIO: OBJETIVO VALIOSO; COLOCAR O DESEMPREGADO NA VITRINE DO MERCADO DE TRABALHO.** Esta Relatoria considera valioso o objetivo do trabalho temporário, que é colocar o trabalhador que está desempregado, em evidência, na vitrine do mercado de trabalho, de modo que, mesmo que de forma provisória, tenha condições de mostrar seu trabalho ao empregador, muitas vezes sendo – frise-se que está é a hipótese dos autos -, ao final do contrato temporário,

contratado definitivamente como empregado da tomadora de seus serviços. Destarte, não se vislumbra qualquer mácula na contratação temporária, não tendo o autor se desvinculado do encargo que lhe incumbia de demonstrar a propalada fraude. **TRABALHO TEMPORÁRIO. HIPÓTESES LÍCITAS DE TERCEIRIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE EM CONTRARRAZÕES. DETALHE: O TRABALHADOR TEMPORÁRIO É PRECIPUAMENTE INDICADO PARA AS ATIVIDADES-FIM DA TOMADORA: SÚMULA 331, I, DO C. TST.** Não prospera a alegação do reclamante, em suas contrarrazões, de ocorrência de fraude, pelo fato de ter o mesmo laborado em atividade-fim da empresa. Isso porque, no caso de trabalho temporário, diferentemente do que ocorre no trabalho terceirizado, não existe discussão sobre qualquer vedação para que o temporário se ative em tarefas-fim da empresa, vez que este vem suprir necessidade transitória ou de substituição de pessoal regular e permanente; logo, evidentemente, estará inserido tanto na atividade-fim como em atividades-meio da empresa. Alguns juízes de 1º grau têm entendido que, ativar-se em atividade-fim da tomadora, seria a única hipótese lícita de terceirização, quando terceirizante empresa de trabalho temporário (Súmula n. 331, I, do C. TST). Embora respeite esse entendimento, esta Relatoria acredita que a intenção da lei foi bem mais ampla ao mencionar como motivos justificadores dessa demanda: 1- a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou 2- acréscimo extraordinário de serviços (art. 2º da Lei 6.019/1974) da empresa tomadora. Porque essas expressões dão a entender que o trabalho temporário poderá ocorrer em qualquer atividade necessária à empresa, seja de fim, de meio, ou outras, em que a substituição de pessoal regular e permanente, ou aumento extraordinário de serviços, tenha ocorrido. Assim, sob qualquer prisma, veja-se que não existe restrição para que o trabalho temporário aconteça apenas na atividade-fim da empresa-tomadora, podendo acontecer em qualquer atividade da Reclamada, em que seja necessário o empenho do ser humano. Rejeita-se a alegação de fraude contida nas contrarrazões do reclamante. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....3/101

DANOS MORAIS. MANTER O EMPREGADO OCIOSO NO PÁTIO OU REFETÓRIO DA EMPRESA NO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO. Proibir empregado de entrar no setor habitual de trabalho e mantê-lo sem função em local visível aos colegas, mesmo no período do aviso prévio, sendo alvo de chacota, é humilhante e constrangedor. Dano moral que se confirma. Rel. Des. Flavio Allegretti de Campos Cooper.....4/136

ESTRANGEIRO. SITUAÇÃO IRREGULAR. DIREITOS SOCIAIS. A Constituição Federal de 1988 tem como fundamentos do Estado Democrático

de Direito a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV). Do princípio da dignidade humana emanam todos os direitos fundamentais insculpidos na Carta Magna e em Tratados Internacionais de Direitos Humanos que o Brasil seja parte. Esses direitos são universais e se aplicam a todos os seres humanos, onde quer que se encontrem. O art. 5º, caput da Constituição da República garante a igualdade de direitos entre os brasileiros e estrangeiros residentes no país, salvo as exceções expressamente previstas pela própria Lei Maior. Assim, independentemente da condição do estrangeiro no país, ele faz jus aos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal, sob pena de se criar odiosa discriminação, ensejar o enriquecimento ilícito do empregador e incentivar a prática de trabalho escravo por imigrantes. Rel Des. José Otávio de Souza Ferreira.....4/147

EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO. NATUREZA JURÍDICA NÃO TRIBUTÁRIA. ENCARGO DO DECRETO-LEI N. 1.025/1969. INCIDÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. Os créditos decorrentes da imposição de multas por infração às normas de proteção ao trabalho insere-se como de natureza jurídica não tributária, conforme o art.39, § 2º, da Lei n. 4.320/1964. O encargo do Decreto-lei n. 1.025/1969 visa atender às despesas com a cobrança da dívida ativa, inclusive substituindo os honorários advocatícios, inserindo-se na receita da dívida ativa consoante o § 4º do art. 39 da Lei n. 4320/1964, incluído pelo Decreto-Lei n. 1.735, de 20.12.1979, tendo sido mencionado no § 2º do art.64 da Lei n. 7.799, de 10.07.1989, e no § 2º do art. 57 da Lei n. 8.383, de 30.12.1991, constando, ainda, no art.57 da Lei n. 10.637, de 30.12.2002, restando incólume o entendimento sufragado na Súmula n. 168 do Extinto-TFR, segundo a qual “o encargo de 20%, do Decreto-lei 1.025, de 1969, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substituí, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios”. A taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC aplica-se aos créditos de natureza jurídica não tributária a partir da vigência da Medida Provisória n. 1.110 de 30.08.1995, publicada no DOU de 31.08.1995, sucessivamente reeditada até a conversão na Lei n. 10.522, de 19.07.2002, a qual acrescentou ao art. 84 da Lei n. 8.981/1995 o § 8º, estabelecendo que “o disposto neste artigo aplica-se aos demais créditos da Fazenda Nacional, cuja inscrição e cobrança como Dívida Ativa da União seja de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”, sendo constitucional porque a norma do § 3º do art. 192 da Constituição da República, revogada pela Emenda Constitucional

n. 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar (Súmula n. 648 /E.STF). Rel. Juiz Subst. João Batista da Silva.....1/23

FALSA PARCERIA. EXTRAÇÃO DE LÁTEX EM SERINGAL. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. POSSIBILIDADE. Os contratos de parceria agrícola, pecuária ou extrativista, modalidades de contratos agrários, pressupõem a cessão pelo proprietário rural da posse para uso temporário da terra, com vista ao desenvolvimento desta atividade (Lei n. 4.504/1964-ET, art. 92). Tais contratos têm natureza civil, mas a autonomia da vontade dos contratantes é contingenciada por normas de ordem pública, irrenunciáveis porque tem em vista a proteção social e econômica do parceiro outorgado, à preservação do meio ambiente, de acordo com o que preconiza o art. 13 da Lei n. 4.947 de 06.04.1966. Com esta preocupação o legislador (Lei n. 4.504/1964, E.T.), proibiu a prestação de serviço gratuito; a exclusividade da venda da colheita; obrigatoriedade do beneficiamento da produção em seu estabelecimento; obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões; aceitação de pagamento em "ordens", "vales", "borós" ou outras formas regionais substitutivas da moeda (art. 93). E mais, estipulou a tabela de quota-limite em proveito do parceiro outorgante (proprietário rural) e que “Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário-mínimo no cômputo das duas parcelas” (art. 96, incisos e parágrafo único). No caso, o vínculo entre as partes está muito distante de configurar contrato de parceria, porque não há cessão para uso temporário de área de terra para a extração de frutos de árvores de um seringal, de modo que o conjunto familiar dos supostos parceiros outorgados tivesse poderes, autonomia e independência semelhantes ao do proprietário, contingenciado tão somente por obrigações contratuais que não contrariem o direito posto. Além disso, o reclamante e sua família submetiam-se a obrigações de cumprir tarefas certas e previamente determinadas, como número de cortes mensais nas árvores, com a reposição de dias não trabalhados; o cumprimento de horários; tinha efetuar serviços gratuitos como a aplicação de adubos, inseticidas, fungicidas e herbicidas. Além disso, o proprietário efetuava a comercialização integral da produção inclusive da parte que seria cabível ao reclamante. E mais, a quota-parte do parceiro outorgante era superior ao permitido pelo

inciso IV do art. 96 do Estatuto da Terra. Tal contrato foi simulado, para dissimular contrato de trabalho. Configura-se, portanto, a falsa parceria. Vínculo empregatício reconhecido. Recurso conhecido e provido. Rel. Des. José Antonio Pancotti.....4/137

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FURTO DE VEÍCULO DA EMPRESA NO QUAL ESTAVA A CTPS DO TRABALHADOR. CULPA LEVÍSSIMA. O furto de veículo é problema relacionado à segurança pública e atinge a todos de forma indistinta. Admitindo-se que o fato é extraordinário, mas que um empregador bastante diligente tê-lo-ia evitado, impedindo que documentos de seus empregados permanecessem no interior do veículo estacionado, há que se considerar a culpa levíssima e, portanto, a prática do ato ilícito merecedor da reparação pecuniária. Rel. Des. Edmundo Fraga Lopes.....6/257

JURISDIÇÃO. IMUNIDADE. ORGANISMO INTERNACIONAL. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. POSSIBILIDADE. O pedido de vínculo empregatício é garantido pela Constituição Federal, cujo art. 1º ressalta a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. O Brasil é signatário de normas internacionais que tratam da dignidade do trabalho e de pactos que preservam os direitos humanos. Privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processos trabalhistas, em detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, sob pena de essa prática consagrar censurável desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e postulados do direito internacional. Eventual impossibilidade jurídica de ulterior realização prática do título judicial condenatório, em decorrência da imunidade de execução, não se revela suficiente para obstar, por si só, a instauração, perante tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros, notadamente quando se tratar de litígio de natureza trabalhista. Rel. Des. Edmundo Fraga Lopes.....6/258

MAGISTRADO. APOSENTADORIA. TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO ATÉ A PUBLICAÇÃO DA EC N. 20/1998. ACRÉSCIMO DE 17% (DEZESSETE POR CENTO). DIREITO ADQUIRIDO. O acréscimo de 17% (dezesete por cento) no tempo de serviço prestado pelo magistrado, até a data da publicação

da EC n. 20/1998, constitui parcela que se incorporou em definitivo ao seu patrimônio, para preservar o direito de aposentadoria de forma equivalente entre magistrados dos sexos masculino e feminino, que ingressaram na instituição anteriormente à alteração nas regras de aposentadoria da magistratura, não podendo ser suprimido pelo poder constituinte derivado sob pena de ofensa à cláusula pétrea da CF, consubstanciada no respeito ao direito adquirido – Art. 5º, inciso XXXVI, da CF/1988. Rel. Des. Luiz Antonio Lazarim.....1/11

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇO. ENTE PÚBLICO. RECONHECIMENTO. Atento a moderna visão dos contratos e do princípio da relatividade, e reconhecendo no contrato uma categoria jurídica, irrecusável a responsabilidade do ente público que contrata com empresa a execução de algum serviço, quando esta não honra suas obrigações para com seus empregados, por inconcebível que, por meio de um contrato, possam os contratantes prejudicar terceiros, situação que se torna mais grave ainda quando uma das partes é um ente público, que contrata em nome da sociedade e esta, enquanto tal e enquanto todo, não admite que um integrante seu seja prejudicado por contrato celebrado tendo como uma das partes, justamente quem lhe deve maior proteção. Tanto a Lei Maior, como diversos artigos da legislação infra-constitucional não só proíbem, como cuidam de definir a responsabilidade, quando isso ocorre. E tal sentir não nega a força normativa do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Rel. Des. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani.....2/58

VIAGEM A SERVIÇO DA EMPRESA. TRANSPORTE GRATUITO EM AERONAVE DE SEU PROPRIETÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR E SUBJETIVA DO EMPREGADOR. VANTAGEM INDIRETA. Na viagem a serviço, não se considera gratuito o transporte em aeronave do sócio proprietário da empregadora, que auferiu benefício indireto consubstanciado em não ter que suportar os gastos com passagens aéreas. Aplicação do parágrafo único do art. 736 do Código Civil. Rel. Juíza Subst. Adelina Maria do Prado Ferreira.....6/260

Ementário de Jurisprudência

AÇÃO

- anulatória de acordo coletivo. Efeitos2/68
- anulatória de débito. Pressupostos de admissibilidade. Declaração de pobreza incompatível com a condição social. Falsidade ideológica. Custas recolhidas. Depósito recursal não providenciado. Conhecimento. Entendimento do art. 899 da CLT6/269
- anulatória. Credor com penhora anterior. Notificação judicial. Ausência. Arrematação. Nulidade2/68
- anulatória. Desconstituição de acordo judicial homologado. Impossibilidade.....6/269
- anulatória. Inocorrência de assembléia destinada à ampliação do campo de abrangência do sindicato réu. Perda do objeto. Desnecessidade de pronunciamento judicial.....5/209
- anulatória. Lavratura de multa pelo agente fiscalizador. Presunção relativa de veracidade dos fatos que fundamentaram a aplicação da multa6/269
- cautelar inominada. Caráter instrumental e acessório. Pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário com o intuito de impedir os efeitos da sentença que concedeu antecipação de tutela6/269
- cautelar inominada. Efeito suspensivo a recurso ordinário. Cumprimento imediato de obrigação de fazer. Prestígio à efetividade do processo. Reintegração mantida.....5/209
- cautelar. Tutela antecipada contra a fazenda pública. Complementação de aposentadoria. Efeito suspensivo. Não cabimento2/68
- civil pública. Competência. Foro do local onde ocorreu o dano6/269
- Civil Pública. Dano moral coletivo. Aliciar ou aceitar trabalhadores de outra localidade para participação de moroso processo seletivo. Condições precárias de alimentação e alojamento. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho. Caracterização3/107
- civil pública. Rito processual trabalhista. Ausência de ofensa à ampla defesa6/270
- de cobrança de honorários advocatícios. Incompetência. Recurso Ordinário.....3/107
- de cobrança de valores de consulta e procedimentos médicos prestados a pacientes atendidos em hospital mediante convênio a planos de saúde. Relação de trabalho entre o médico (prestador de serviços) e o hospital (tomador dos serviços). Competência da Justiça do Trabalho para dirimir as controvérsias decorrentes da relação de trabalho.....6/270
- de cobrança. Contribuição sindical. Representação sindical. Imprescindibilidade do registro sindical1/28
- de cumprimento. Cobrança de contribuição por participação sindical nas negociações coletivas. Taxa negocial. Impossibilidade.....6/270
- de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho. Morte do empregado. Espólio. Legitimidade ativa *ad causam*6/270
- de indenização. Acidente do trabalho. Ausência de culpa. Responsabilidade objetiva. Impossibilidade....4/151
- de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável....4/151
- de indenização. Recurso ordinário. Acidente automobilístico. Caso em que a vítima era empregado e acompanhante a serviço da empresa. Veículo conduzido por preposto do empregador. Perda inexplicável da direção. Inexistência de fato externo e extraordinário justifica-dor do infortúnio. Presunção de culpa do empregador.....4/151
- monitória. Nota promissória vinculada ao contrato de trabalho. Verba de natureza trabalhista. Prescrição....6/270
- monitória. Requisitos (CPC, art. 1.102). Processo do trabalho. Cabimento4/151
- rescisória. Acórdão rescindendo que ostenta duplo fundamento. Fraude à execução. Bem de família. Não caracterizado.....5/209
- rescisória. Acordo homologado após trânsito em julgado da decisão. Contribuições previdenciárias. Matéria controvertida. Inexistência de ofensa direta ao art. 43, da Lei n. 8.212/19916/271
- rescisória. Acordo. Multa por inadimplemento. Incidência sobre a parcela que ficara em aberto. Coisa julgada incólume. Indevida responsabilização do juiz de primeiro grau pela condenação5/210
- rescisória. Decisão proferida por colegiado que funcionou com dois juízes de primeiro grau substituindo no tribunal. Violação do art. 115 da CF inexistente ...6/271
- rescisória. Decisão que conhece do reexame necessário. Impossibilidade jurídica.....2/68
- rescisória. Fundação pública estadual. Ausência do depósito prévio. Extinção do processo sem resolução do mérito.....6/271
- rescisória. Improcedência. Adicional de insalubridade. Art. 192 da CLT. Súmula n. 17 do TST. Súmula vinculante n. 04 do STF5/210
- rescisória. Improcedência. Adicional de insalubridade. Art. 192 da CLT. Súmula vinculante 04 do STF.....6/271
- rescisória. Irregularidade na notificação da reclamada, posteriormente considerada revel. Cabimento e procedência.....5/210
- rescisória. Violação de lei. Configuração5/210
- rescisória. Violação de lei. Penhora de imóvel residencial. Procedência. Arts. 485, V, do CPC e 1º da Lei n. 8.009/1990.....6/271
- trabalhista. Reconhecimento de vínculo empregatício cumulado com pedidos de natureza condenatória dele decorrentes. Prescrição reconhecida.....1/28
- rescisória. Julgamento *extra petita* e violação ao art. 460, do CPC. Inexistência.....2/68

ACIDENTE

- de percurso causado por terceiro. Transporte não fornecido pelo empregador. Ausência de nexos causal. Equiparação à acidente de trabalho apenas para fins de infortunística. Indenização por danos morais, materiais e estéticos indevida..... 6/271
- de trabalho. Danos morais e materiais. Valor da indenização6/271
- de trabalho. Doença degenerativa. Manuseio de peso além do limite tolerável. Agravamento. Concausa. Dano moral. Procedência 6/271
- de trabalho. Doença ocupacional. Indenização a cargo do empregador. Recebimento de benefício previdenciário. Cumulação. Cabimento. Dedução. Impossibilidade5/210
- de trabalho. Fato de animal. Morte do trabalhador. Responsabilidade objetiva 6/271
- de trabalho. Gozo de auxílio-doença. Estabilidade provisória 2/68
- de trabalho. Pensão mensal. Princípio da *restitutio integrum*..... 4/151
- de trabalho. Reparação indenizatória. Responsabilidade do tomador de serviços. Possibilidade 6/272
- de trabalho. Silicose. Quinze (15) anos de labor sob exposição contínua a sílica livre 6/272
- de trabalho. Doença ocupacional. LER/DORT. Trabalho na linha de produção. Danos moral e material. Indenização 4/152
- de trajeto provocado por ato de terceiro. Responsabilidade civil do empregador. Indenização por danos morais e materiais. Indevida..... 5/210
- do Trabalho. Acidente de trajeto 4/151
- do trabalho. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva..... 6/272
- do trabalho. Queda de raio. Morte. Trabalhador rural. Caso fortuito 6/272
- do trabalho. Responsabilidade objetiva 3/107
- do trabalho. Responsabilidade subjetiva do empregador. Necessidade de comprovação da culpa ou dolo. Indeferimento de provas. Nulidade processual caracterizada 5/210
- do trabalho. Terceirização. Responsabilidade do tomador de serviços 6/272
- em obra. Pessoa totalmente estranha, que permanece no local para contato com pintores, contratados por empreita. Auxílio na montagem do andaime, sem autorização. Responsabilidade do dono. Inexistência..... 4/152
- *in itinere*. Inexigência legal de trajeto específico 4/152
- Pensão mensal vitalícia. Redução parcial da capacidade laboral. Indenização. Conversão de pedido de pagamento de pensão em indenização de uma só vez. Opção do autor 2/68
- típico de trabalho. Ambiente de trabalho inseguro. Indenização por danos material e moral. *Quantum indenizatório* 4/152
- típico. Danos morais e materiais. Ausência de responsabilidade da fabricante do produto comercializado pela empregadora. Culpa exclusiva de terceiro, nos termos do art. 12, § 3º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor 4/152

ABONO

- de faltas. Atestado firmado por médico particular. Validade. Cabimento5/209

ACOLHIMENTO DO LAUDO

- do perito do juízo em detrimento de laudo elaborado pelo médico do trabalho do empregador. Nulidade da sentença. Inexistência6/272

ACORDO

- Acordos coletivos. Turno ininterrupto de revezamento. Validade4/153
- celebrado no processo originário e homologado. Título rescindendo substituído. Perda superveniente de interesse jurídico. Ação rescisória..... 1/28
- coletivo. Ausência de depósito de cópia em órgão do Ministério do Trabalho. Norma coletiva válida 1/28
- coletivo. Cláusula de interpretação dúbia. Princípio *in dubio pro misero*. Aplicabilidade..... 1/28
- de compensação de horas. Banco de horas. Descumprimento habitual. Horas extras. Cabimento3/107
- de compensação de horas. Labor em sobrejornada. "Banco de horas". Prática compensatória irregular.....4/153
- de compensação de jornada. Ausência de estipulação do horário de trabalho. Invalidade5/211
- de compensação de jornada. Prestação de serviços no dia destinado à compensação. Invalidade do pactuado6/272
- fraudulento entabulado em lide simulada. Rescisão da sentença e, em juízo rescisório, extinção da reclamatória trabalhista sem julgamento de mérito por ausência de interesse processual. Art. 267, VI, do CPC6/273
- Homologação. Responsabilização do co-devedor que não participou da avença. Expressa vedação legal.....5/211
- homologado judicialmente. Quitação geral do extinto contrato de trabalho. Possibilidade5/211
- inadimplido. Execução indeferida com fundamento em preclusão temporal. Ilegalidade.....3/108
- judicial homologado. Multa prevista no art. 467 da CLT. Incidência da contribuição previdenciária. Recurso ordinário 1/28
- judicial. Cláusula penal na mora. Incidência apenas sobre a parcela em atraso..... 1/29
- judicial. Quitação. Coisa julgada. Doença profissional. Acidente de trabalho3/108
- judicial. Verba discriminada como "bolsa de estudo". Natureza indenizatória.....5/211
- Multa por inadimplência. Pagamento atrasado de parte de uma parcela. Afastamento da multa para as demais parcelas vincendas. Possibilidade. Princípio da razoabilidade. Art. 413 do CC.....6/273
- perante a Comissão de Conciliação Prévia. Quitação geral de horas extraordinárias. Vício de consentimento. Invalidade5/211

ACRÉSCIMO SALARIAL

- por acúmulo de função. Admissibilidade4/153

ACÚMULO

- de função. Fato negado pela reclamada. Ônus do reclamante..... 4/153

- de função. Não caracterização.6/273
- de funções. Exercício das funções de pintor e encarregado. Empregado contratado apenas como pintor. Caracterização.....5/211

ADIANTAMENTO

- de auxílio-doença previdenciário. Natureza trabalhista. Submissão à prescrição ditada pelo art. 7º, XXIX, da CF2/69

ADICIONAL

- de insalubridade. Atividades que envolvem contato com agentes biológicos, assemelhadas a lixo urbano. Cabimento5/212
- de insalubridade. Base de cálculo. Inviável a utilização do piso salarial estadual. Súmula vinculante n. 4 do STF.....4/153, 5/212
- de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo ou, se houver, salário mínimo da categoria. Declaração de inconstitucionalidade do art. 192 da CLT pelo STF sem declaração de sua nulidade. Inconstitucionalidade da Súmula n. 228 do TST. Súmula vinculante n. 4 do STF1/29
- de insalubridade. EPI's. Fornecimento e fiscalização de uso. Obrigação do empregador. Recusa pelo empregado caracteriza desobediência. Enseja dispensa por justa causa.....3/108
- de insalubridade. Equipamento de proteção individual. Certificação de aprovação4/153
- de insalubridade. Exposição ao frio. Ambiente similar a câmara fria. Ausência de EPI. Procedência.....4/153
- de insalubridade. Exposição habitual e excessiva à fuligem sem a devida proteção. Pagamento devido nos termos do art. 192 da CLT. Interpretação harmônica dos artigos 1º, IV, 6º, 7º, XXII e 196 da CF/1988, arts. 155, 157 e 200 da CLT, NR 01, 06 e 15 do MTE, em prol da proteção à saúde e meio ambiente do trabalhado5/212
- de insalubridade. Exposição mínima a radiações não-ionizantes.....5/212
- de insalubridade. Fundação Casa. Inexistência de contato permanente com risco biológico4/154
- de insalubridade. Pisos salariais estaduais como base de cálculo. Lei estadual n. 12.640/2007. Impossibilidade. Aplicação da Súmula vinculante n. 04 do E. STF.....4/154
- de insalubridade. Raios solares. Indevido2/69
- de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a radiações não-ionizantes.....1/29
- de insalubridade. Trabalho como psicóloga na rede municipal. Contato com agentes biológicos. Inexistência do direito6/273
- de insalubridade. Trabalho em creche municipal. Berçarista. Contato com agentes biológicos. Inexistência do direito.....5/212
- de periculosidade. Serviços cujo risco à saúde/vida é equivalente àquele desenvolvido junto aos sistemas elétricos potência. Deferimento.....3/108
- de transferência. Provisoriedade6/273
- noturno. Jornada diurna em prorrogação à noturna. Indevido.....5/213

- por acúmulo de função. Cabimento.....5/213
- por tempo de serviço (biênio). Município de Botucatu. Base de cálculo. Vencimento padrão. Art. 37, inciso XIV, da CF6/273
- por tempo de serviço (quinquênios) e sexta-parte. Base de cálculo. Município de Penápolis. Lei orgânica6/273
- de insalubridade. Atividade desenvolvida a céu aberto. Prova pericial incompleta. Conversão em diligência4/153

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Admissão sem concurso público após a Constituição Federal de 1988. Ato nulo (e não anulável). Não é passível de convalidação4/154
- Fundação. Plano de cargos e salários. Não implantação. Ausência de reserva orçamentária6/273

ADMINISTRATIVO

- Servidor. Reajuste salarial diferenciado. Impossibilidade. Afronta ao princípio da isonomia2/69

AERONAUTA

- Jornada a partir da apresentação e não o da partida do voo. Permanência após o corte dos motores. Horas extras. Art. 20 e parágrafos, da Lei n. 7.183/1984.....6/274

AFIXAÇÃO DE CARTAZ

- no estabelecimento da empresa com fotos e frases pejorativas do empregado. Culpa do empregador. Indenização por danos morais devida.....6/274

AGRAVO

- de instrumento em agravo de petição: Decisão interlocutória e decisão terminativa: Provimento2/69
- de instrumento em recurso ordinário. Decisão interlocutória5/213
- de instrumento em recurso ordinário. Inaplicabilidade do § 1º do art. 518 do CPC quando apenas parte da decisão está em conformidade com Súmula de Tribunal Superior. Processamento cabível em prol do devido processo legal1/29
- de instrumento em Recurso Ordinário. Intimação pelo DEJT. Reclamada revel. Nulidade inexistente6/274
- de instrumento em Recurso Ordinário. Justiça gratuita. Art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Inexigibilidade do pagamento das custas6/274
- de instrumento em Recurso ordinário. Regular seguimento do apelo. Parte da matéria recorrida em consonância com a Súmula n. 331 do TST4/154
- de instrumento. Autos apartados. Formação irregular. Ausência de peças essenciais. Não conhecimento. Aplicação do art. 897, § 5º, da CLT e IN 16 C. TST...5/213
- de instrumento. Benefícios da justiça gratuita e aplicabilidade da Lei 12.275/2010. Art. 899, § 7º da CLT. Deserção não configurada.....6/274
- de instrumento. Carga rápida por estagiário. Prazo não iniciado. Publicação no DEJT5/213
- de instrumento. Denegado seguimento ao recurso ordinário pela ausência de preenchimento de pressupostos recursais. Depósito recursal realizado em guia imprópria. Finalidade alcançada. Cabimento.....3/108

- de instrumento. Empregador pessoa física. Benefício da justiça gratuita. Viabilidade	6/274	n. 11.941/2009	1/30
- de instrumento. Recurso ordinário considerado deserto. Ausência de recolhimento das multas dos arts. 538, parágrafo único, e 18 do CPC. Não caracterização. Provimento.....	5/213	- de petição. Execução fiscal. Remissão de débitos prevista na Lei n. 11.941/2009. Requisitos preenchidos.....	6/275
- de instrumento. Súmula impeditiva de recurso. Art. 518, § 1º, do CPC. Aplicação subsidiária na Justiça do Trabalho (art. 769, CLT)	5/213	- de petição. Execução trabalhista. Empresa em recuperação judicial. Crédito constituído posteriormente. Submissão ao plano de recuperação. Impossibilidade. Incidência dos artigos 6º, II, e art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005	6/275
- de petição - Descumprimento do prazo para pagamento da dívida trabalhista previsto no plano de recuperação judicial homologado judicialmente	6/276	- de petição. Execução. Contribuições previdenciárias. Créditos constituídos por meio de decisão judicial. Prescrição. Inaplicabilidade.....	6/275
- de petição adesivo. Admissibilidade	6/275	- de petição. Impugnação ao valor atribuído ao bem. Avaliação procedida pelo oficial de justiça avaliador. art. 721 da CLT e Lei n. 5.645/1970. Pertinência. Não provimento	6/276
- de petição em embargos de terceiro. Alienação de bem do sócio, anos antes de sua inclusão no polo passivo. Fraude à execução. Inexistência	1/30	- de petição. Massa falida. Execução de multas decorrentes de infrações à legislação trabalhista. Credor privilegiado. Art. 29 da Lei n. 6.830/1980. Competência da Justiça do Trabalho	1/30
- de petição em embargos de terceiro. Bem cuja posse e propriedade de fato pertencem ao executado, embora registrado junto ao órgão competente em nome do filho, ora agravante. Improvido	6/276	- de petição. Matéria relacionada à competência da Justiça do Trabalho. Art. 897, §1º, da CLT. Delimitação de valores. Desnecessária	6/276
- de petição. Acordo homologado. Honorários advocatícios. Contribuição previdenciária. Não incidência.....	5/213	- de petição. Prescrição intercorrente. Inaplicabilidade na Justiça do Trabalho.....	5/214
- de petição. Acordo realizado após sentença confirmada pelo Tribunal. Impossibilidade de afastamento do vínculo de emprego reconhecido. Matéria de ordem pública. Restrição do poder de disponibilidade das partes reconhecida	2/69	- de petição. Repetição de argumentos. Cópia <i>ipsis literis</i> dos embargos à execução. Ausência de fundamentação. Não conhecimento	5/214
- de petição. Ausência de garantia de juízo. Não conhecimento.....	5/214	- de petição. Restrição de veículo por meio do Renajud. Cabimento de embargos de terceiro. Boa-fé comprovada.....	6/275
- de petição. Bem de família oferecido em garantia de dívidas civis. Penhora possível	5/214	- de petição. Suspensão da execução. Recuperação judicial. Art. 6º, §§ 4º e 5º da Lei n. 11.101/2005	6/276
- de petição. Contribuição previdenciária. Acordo firmado por empregado e empregador após o trânsito da sentença. Irrelevância da transação quanto ao direito de terceiro nela consagrado.....	1/30	- regimental em protesto judicial. Data-base da categoria já assegurada. Ausência de interesse de agir. Não provimento	3/109
- de petição. Contribuição previdenciária. Intervalo intrajornada. Caso em que o título judicial reconheceu a natureza indenizatória da verba. Irrelevância. Autoridade da coisa julgada não oponível a terceiro. Tributo devido	5/214	- regimental em protesto judicial. Deficiência de instrução. Indeferimento da petição inicial. Improvimento.....	3/109
- de petição. Despacho e decisão interlocutória. Não cabimento. CPC, art. 504 e CLT, art. 893.....	2/69	- regimental. Conceito de execução provisória.....	6/276
- de petição. Direitos e bens alienados fiduciariamente. Penhora. Possibilidade	6/275		
- de petição. Embargos de terceiro. Adquirente de boa fé. Fraude à execução. Não caracterização	3/109	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	
- de petição. Embargos de terceiro. Penhora. Locatário. Ausência legitimidade ativa para propositura da ação	2/70	- Lei n. 12.317/2010. Assistentes sociais. Negativa de prestação jurisdicional. Inocorrência	6/276
- de petição. Embargos de terceiro. Penhora. Veículo automotor. Prova de propriedade. Mera tradição	5/214		
- de petição. Embargos de terceiro. Propriedade não comprovada. Inexistência de registro no cartório de registro de imóveis. Provas frágeis, circunstanciais. Inteligência do art. 1.245 do Código Civil.....	1/30	ANISTIA	
- de petição. Empresa em recuperação judicial. Proseguimento da execução fiscal. Pertinência.....	3/109	- Infraero. Prazo prescricional. <i>Actio nata</i> . Edição do Decreto n. 6.077/2007. Indenização devida desde o afastamento.....	6/276
- de petição. Execução fiscal. Multa administrativa por infração à legislação trabalhista. Remissão de dívida. Valores consolidados por devedor. Requisitos cumulativos e obrigatórios. Aplicação do art. 14 da Lei			
		ANOTAÇÃO NA CTPS	
		- com referência expressa à ação trabalhista. Vedação do art. 29, § 4º da CLT. Dano moral.....	5/214
		APLICAÇÃO DA LEI	
		- material estrangeira não afasta a lei processual brasileira	6/277
		APOSENTADORIA	
		- por invalidez. Restabelecimento de plano de saúde.....	4/154
		- por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Plano de saúde mantido. Inteligência do art. 475 da CLT	6/277

ARREMATACÃO

- de bem pelo próprio credor trabalhista..... 6/277
- pelo credor. Direito a ser exercido no momento da hasta pública..... 5/215

ARTIGO

- 518 do CPC. Aplicabilidade no processo do trabalho ... 6/277

ASSÉDIO

- moral. Prática comprovada. Indenização devida 5/215
- processual. Configuração 6/277
- processual. Excesso do direito de defesa. Não configurado 4/155

ASTREINTES

- Multa por obrigação de fazer. Ente público. Incabível. Artigos 100 da CF e 730 do CPC 1/31

ATIVIDADE

- de processamento eletrônico de dados. Limite de toque por hora. Intervalo a cada cinquenta minutos. Sistema de avaliação e remuneração. NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego. Observância obrigatória 3/109

ATO

- atentatório a dignidade da justiça. Multa. Embargos procrastinatórios. Fazenda Pública. Cabimento. Artigos 600 e 601 da CLT 4/155

ATULIZAÇÃO MONETÁRIA

- do dano material 3/116

AUDIÊNCIA

- Adiada *sine die*. Não encerramento da instrução processual. Prolação da sentença. Não intimação das partes para manifestação sobre provas. Cerceamento de defesa evidenciado 1/31
- Preposto desacompanhado de advogado. Defesa oral. Ausência. Nulidade 6/277

AUSÊNCIA

- de intervenção do Ministério Público do Trabalho no primeiro grau. Menor Representado pela mãe 4/155

AUTARQUIA

- estadual. Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo 5/215

AUTO DE INFRAÇÃO

- Ato administrativo. Presunção de legitimidade. Prova em contrário a cargo do autuado 3/110

AUXÍLIO

- doença não deferido. Período de carência. Empregado doméstico. Suspensão do contrato de trabalho 5/215
- doença. Suspensão do contrato de trabalho. Dúvida entre o INSS e empregador quanto à aptidão laboral. Salários devidos. Dignidade do trabalhador 4/155
- Refeição e auxílio cesta alimentação. Integração 5/215

AVISO PRÉVIO

- Ausência dos controles de frequência. Impossibilidade de aferição da efetiva redução da jornada 1/31
- Contrato a prazo determinado, porém com cláusula de direito recíproco de rescisão antes do seu término 5/231
- de iniciativa do obreiro. Redução de jornada: Art. 488 da CLT. Não aplicável ao caso 4/155
- indenizado. Contribuição previdenciária. Não incidência 5/215

BANCO

- do Brasil. Previ. Complementação de aposentadoria. Diferenças decorrentes da aplicação do regulamento vigente ao tempo da admissão. Alteração promovida no estatuto da PREVI na vigência do contrato de trabalho. Critérios nunca utilizados. Prescrição total. Súmula n. 326 do TST 4/155

BANCO DE HORAS

- Descaracterização. não atendimento de cláusula estipuladora do sistema de compensação de jornada. Súmula 85, IV, do C. TST 2/70
- instituído mediante Decreto municipal. Invalidez formal e material. Horas extras. Ônus da prova 1/31
- Requisitos de validade 6/277

BASE DE CÁLCULO

- Imposto de renda. Juros de mora. Impossibilidade 5/215

BEM DE FAMÍLIA

- Imóvel em construção. Moradia da família do devedor. Impenhorabilidade 2/70

BANESPREV

- Diferenças de complementação de aposentadoria decorrentes da "auxílio cesta alimentação". Prescrição total 3/110

BENEFÍCIOS

- Benefícios. Auxílio-alimentação. Não inscrição no programa de alimentação do trabalhador. Natureza salarial. Lei n. 6.321/1976 e Decreto n. 5/1991 5/216
- da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Condicionada à prova de insuficiência de recursos. Depósito recursal incluído 2/70, 3/110
- da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Não comprovada a insuficiência de recursos. Indeferido 6/277
- da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação de insuficiência de recursos. Deserção do Recurso Ordinário 1/31

BRASILEIRO

- que presta serviços no exterior. Relação regida pelo direito material estrangeiro 6/278

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

- Valor probante 3/110

CADERNETA DE POUPANÇA

- Construção de numerário de sócio de empresa 5/216

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Previdência privada. Complementação de aposentadoria. Regime jurídico. "Complemento temporário variável de ajuste" (CTVA). Inclusão desta verba na base de contribuição. Inviabilidade 4/156

CÁLCULO

- das verbas rescisórias . maior remuneração 4/156

CANAVIEIRO

- Intervalos de repouso durante a jornada. NR 31 do Ministério do Trabalho. Não-concessão. Aplicação análoga do art. 72 da CLT. Possibilidade 5/216

CARGO

- de confiança. Art. 62, II, da CLT. Caracterização..... 3/110
- de confiança. Descaracterização. Art. 62, II e parágrafo único, da CLT. Ausência de autonomia e necessidade de aval de superior hierárquico que atua no mesmo local de trabalho 4/156
- em comissão. Direitos decorrentes da rescisão do contrato..... 1/31, 2/70
- em comissão. Municipalidade. Indevido o recolhimento do FGTS 1/32
- em comissão. Projeção do aviso prévio. Possibilidade.... 1/32
- em comissão. Relação jurídica de natureza administrativa. Incompetência material da Justiça do Trabalho.... 5/216

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Anotação de prisão do reclamante. Indenização por dano moral. Cabimento 6/278

CARTÕES DE PONTO

- Ausência de assinatura do trabalhador. Simples irregularidade administrativa. Horas extras indevidas..... 6/278

CATEGORIA DIFERENCIADA

- Norma coletiva aplicável 2/70

CAUTELAR

- inominada. Concessão de efeito suspensivo a agravo de petição..... 4/156

CDHU

- Dona da obra. OJ n. 191 do C. TST. Não enquadramento 5/216

CELERIDADE E SEGURANÇA

- Confronto entre valores..... 6/278

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Aditamento à inicial. Prazo para manifestação..... 6/278
- Indeferimento de pedido de adiamento da audiência. Ausência de testemunha devidamente convidada. Nulidade configurada 6/278
- Indeferimento do requerimento de nova perícia. Não configuração 6/279
- Ocorrência. Decisão proferida sem observar a impugnação ao laudo e o pedido de produção de prova oral..... 2/71

- Perícia específica. Nulidade de sentença4/156
- Recurso do reclamante nulidade. Depoimento pessoal da parte adversa. Indeferimento. Configuração4/156

CERTIDÃO

- de dívida trabalhista. Pertinência de seus efeitos5/217
- de dívida trabalhista. Expedição face a créditos previdenciários líquidos, certos e exigíveis. Legalidade. Economia ao erário5/217

CESTA BÁSICA

- Município de Cosmópolis. Servidores aposentados por invalidez. Previsão na Lei Orgânica do Município e na Lei municipal n. 2.166/1995. Supressão. Impossibilidade..... 4/157

CHÁCARA

- com exercício parcial de atividade lucrativa6/279

CLÁUSULA

- Convencional que extrapola os limites da lei. Ilegalidade.....4/157
- de não concorrência. Natureza jurídica. Validade6/279

CLÁUSULA PENAL

- na conciliação. Fixação em quantia certa. Possibilidade de redução proporcional ao inadimplemento3/110

COISA JULGADA

- Acordo homologado. Quitação do extinto contrato de trabalho. Alcance4/157
- Listisconsórcio facultativo. Tomador de serviços que não participou da relação jurídica no processo movido contra o empregador principal. Impossibilidade de condenação posterior3/111

COMISSÃO

- de Conciliação Prévia (art. 625-D do texto consolidado). Ausência de submissão da demanda. Extinção do feito. Descabimento, Pena de afronta ao art. 5º, XXXV, da Magna Carta5/217
- de Conciliação prévia. Acordo. Validade. Quitação das parcelas discriminadas4/157
- Empregado vendedor. Estorno. Legalidade e previsão normativa.....5/217

COMISSIONISTA

- Venda através de concurso licitatório. Demissão ocorrente em período anterior à finalização do certame. Direito à percepção da comissão acordada.....5/217

COMPENSAÇÃO

- ou dedução de valores. Art. 767 da CLT. Comprovante de pagamento juntado após o encerramento da instrução processual 1/32

COMPETÊNCIA

- em razão do lugar (art. 651 da CLT). Ação ajuizada por hipossuficiente em vara diversa daquela que seria competente para conhecer e julgar a demanda. Possibilidade..... 4/157

- em razão do lugar. Local da celebração do contrato diverso do da prestação de serviços. Foro competente eleito pelo trabalhador. Possibilidade. Exegese do art. 651, § 3º, da CLT.....2/71
- Justiça do Trabalho. Honorários advocatícios. Reserva de honorários contratuais. Não controvertidos. reconhecimento. Inteligência do art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/19946/279
- material da Justiça do Trabalho. Indenização por dano material. Despesas efetuadas com contratação de profissional liberal para ajuizamento de reclamação trabalhista em face do empregador. Artigos 114, VI, CF/1988 e artigos 186, 187 e 927, do CCB/2002.....1/32
- *ratione loci*. Mão de obra arrematada em local diverso do da prestação dos serviços. Interpretação favorável ao trabalhador.....6/279

COMPLEMENTAÇÃO

- de aposentadoria. Banco Santander. Acordo coletivo x Convenção coletiva. Base territorial de Sorocaba5/217
- de aposentadoria. Funcionário do Banespa. Banco Santander. Plano pré-75. Não adesão. Princípio da isonomia. Violação.....6/279
- de aposentadoria. Norma regulamentar. Ato único do empregador. Diferenças nunca recebidas. Prescrição total. Incidência das Súmulas 294 e 326 do c. TST.....4/158
- de aposentadoria. Recurso Ordinário. Inativo da antiga Fepasa. Piso salarial da categoria fixado em 2,5 salários mínimos por força do contrato coletivo de trabalho de 1995/1996 e do art. 4º da Lei estadual n. 9.343/1996. Observância da manutenção da proporcionalidade com os demais níveis da estrutura de cargos e salários utilizada pela Fazenda Estadual como parâmetro para o pagamento do benefício. Diferenças devidas.....4/158
- de aposentadoria. Recurso Ordinário. Pretensão de aplicação de regulamento anterior ao vigente na época da aposentadoria. Incidência da prescrição total.....4/158
- de aposentadoria. Reestruturação e extinção de cargos. Reajuste por critério distinto daqueles estabelecidos pelas normas que instituíram o benefício. Diferenças indevidas6/280
- de aposentadoria. Sexta-parte. Parcela que não integrou a complementação. Prescrição total.....6/279
- dos proventos de aposentadoria e pensões. Ferroviário aposentado pela Fepasa. Piso salarial fixado em dissídio coletivo. Aplicação.....4/158

COMPROVADA REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO

- Indenização devida. O arbitramento do valor deve considerar a proporção entre a gravidade da culpa e o dano5/218

CONCESSÃO

- de auxílio-doença. Data retroativa. Suspensão do contrato de trabalho. Gozo de férias. Impossibilidade....2/71
- de serviço público. Transporte coletivo urbano. Intervenção para assegurar a continuidade da prestação do serviço. Sucessão trabalhista não configurada5/218

CONCESSIONÁRIAS

- de serviço público do setor elétrico. Terceirização em postos de atendimento ao consumidor. Ilegalidade. Atividade-fim. Aplicação da Súmula n. 331, do C. TST, que admite a terceirização somente nos casos de trabalho temporário1/32

CONCURSO PÚBLICO

- Exame médico. Isonomia e razoabilidade. Aptidão física confirmada em perícia. Direito à investidura. Lotação. Questão de mérito administrativo. Inviável a análise pelo poder judiciário2/71
- Obrigatoriedade de observância ao contido no edital. Ato vinculado5/218

CONDENAÇÃO

- Limitação aos valores indicados na inicial. Incabível....4/158
- criminal. Justa causa. Caracterização5/218

CONDIÇÕES DA AÇÃO

- Complementação de aposentadoria de empregado não aposentado. Ausência de interesse de agir. Art. 267, VI, do CPC4/159

CONFISSÃO

- do reclamante declarada em razão da falta de manifestação à contestação. Não cabimento.....4/159
- ficta. Aplicação à parte não intimada pessoalmente da audiência em que deveria depor. Nulidade4/159

CONFLITO

- de competência. Prevenção. Conexão. Ação anterior transitada em julgado. Inocorrência. Inteligência do art. 105, CPC e das Súmulas n. 59 e n. 235, STJ4/159
- negativo de competência. Controvérsia que envolve a representação sindical de forma incidental. Competência da turma4/159
- de atribuições entre juízes de primeiro grau. Competência da E. Corregedoria Regional.....3/111

CONFUSÃO

- entre autor e réu. Extinção do processo sem resolução de mérito3/111

CONSELHO

- de Fiscalização Profissional. Regime jurídico. Estabilidade.....5/218

CONSÓRCIO

- Consórcios públicos. Prestação de serviços públicos. Observância do disposto no art. 37, II e § 2º da CF/1988. Obrigatoriedade6/280
- de empregadores rurais. Solidariedade3/111

CONSTRIÇÃO JUDICIAL

- Frutos de imóvel destinados à prestação alimentícia de descendentes reservados em ação de dissolução da sociedade conjugal. Homologação perante o juízo cível. Ausência de averbação no registro próprio. Impenhorabilidade.....2/71

- judicial de bem do executado dado em alienação fiduciária. Impossibilidade 3/111

CONTRATAÇÃO ILÍCITA

- de empresa interposta. Terceirização de atividade-fim. Contrato de facção. Responsabilidade solidária 3/111

CONTRATO

- Contratos de experiências sucessivos. Nulidade. Art. 9º da CLT. Pertinência 6/280
- de experiência. Ajuste tácito. Impossibilidade 3/111
- de facção. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 3/112
- de safra. Armazenagem de produtos agrícolas. Safras sequenciais de produtos distintos. Necessidade permanente de mão de obra. Inadmissibilidade 6/280
- de safra. Cláusula de período de experiência. Nulidade..... 5/218
- de safra. Gestante. Rescisão antecipada. Art. 481 da CLT. Estabilidade indevida 4/159
- de subempregada. Caracterização. Responsabilidade solidária..... 3/112
- de trabalho temporário. Prorrogação. Pedido formulado após o término do pacto original. Nulidade da contratação..... 3/112
- de trabalho. Atleta de futebol. Rescisão antecipada. Mútuo acordo. Cláusula penal contratual e indenização do art. 479 da CLT. Indevidas 5/218
- de trabalho. Declaração de nulidade. Efeitos..... 1/33
- nulo. Efeitos..... 1/33

CONTRIBUIÇÃO

- A competência para executar as contribuições sociais de terceiros (sistema S) e o seguro de acidentes do trabalho (SAT)..... 5/219
- contribuição previdenciária. Incidência sobre verbas reflexas no aviso prévio indenizado. Pertinência..... 5/219
- previdenciária e fiscal. Conciliação na execução. Discriminação de parcelas em desacordo com a sentença transitada em julgado. Inadmissibilidade 5/219
- previdenciária sobre honorários advocatícios. Indevida 6/281
- previdenciária sobre o terço das férias gozadas. Não incidência..... 6/281
- previdenciária. Decisão posterior à Lei n. 11.941/2009. juros pela taxa Selic e multa moratória devidos após às 48 horas da citação para pagamento dos créditos trabalhistas e previdenciários (art. 880 da CLT). Inteligência do art. 43 da Lei n. 8.212/1991 com redação conferida pela Lei n. 11.941/2009. Princípio da legalidade estrita . 2/72
- previdenciária. Empregador rural pessoa jurídica. Agroindústria. Aplicação do art. 25, da Lei n. 8.870/1994, e 22-A, da Lei n. 8.212/1991 5/220
- previdenciária. Fato gerador. Efetivo pagamento..... 3/117
- previdenciária. Incidência sobre o período de vínculo reconhecido. Competência da Justiça do Trabalho 2/71
- previdenciária. Juros e multa moratória pelo não recolhimento dos tributos desde a época da prestação de serviços. Crédito trabalhista reconhecido judicialmente. Indevidos .. 1/33
- sindical de profissional liberal. Valor fixado em lei (art. 580, II, CLT). Atualização..... 2/72
- sindical patronal. Ação declaratória de inexigibilidade de contribuição sindical, confederativa e assistencial

proposta por condomínios edifícios residenciais e comerciais sem fins lucrativos. Aplicação do § 6º, do art. 580, da CLT, e Portaria n. 1.012/2003, do Ministério do Trabalho e Emprego 1/33
- sindical rural. Prescrição. Contagem. Artigos 174 do CTN e 587 da CLT 6/281
- sindical. Cota patronal. Empresa optante do Simples. Indevida..... 4/159
- sindical. Natureza tributária. Prescrição do art. 174 do Código Tributário Nacional. Aplicabilidade 5/220
- sindical. Natureza tributária. Princípio da legalidade. Aplicação..... 2/72
- sindical. Processo de alçada exclusiva da vara do trabalho. Não-conhecimento..... 4/160

CONTRIBUIÇÕES

- previdenciárias destinadas a terceiros. Incompetência ... 6/281
- previdenciárias e fiscais. Época própria 3/117
- previdenciárias Não recolhidas no curso da relação de emprego reconhecida pelo empregador espontaneamente. Cobrança. Incompetência da Justiça do Trabalho..... 4/160
- previdenciárias referentes ao SAT. Competência 6/281
- previdenciárias. Agravo de petição. Decisão que declara a incompetência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias decorrentes do vínculo empregatício reconhecido. Exequente. Legitimidade e interesse recursal 1/34
- previstas no art.36 da Lei n. 4.870/1965. Constitucionalidade. Vigência. Natureza jurídica..... 1/34

CONTROVÉRSIA

- Recurso Ordinário que envolve a representação sindical. Competência da seção de dissídios coletivos 4/160

CONVENÇÃO

- coletiva de trabalho que condiciona imposição de sanções ao patrocínio da causa pelo sindicato. Ilegalidade. Insustentabilidade da condição 6/281
- coletiva. Implantação de escala 12x36 mediante anuência sindical..... 4/160
- e acordo coletivo. Aplicabilidade. Inteligência do art. 620 da CLT 4/160

COOPERATIVA

- de trabalho. Intermediação de mão-de-obra. Atividade-fim do tomador. Fraude. Vínculo empregatício reconhecido diretamente com o tomador dos serviços..... 5/220
- Terceirização ilícita. Serviços de garçom. Relação jurídica de emprego. Tomadora dos serviços 6/281

CORRETOR IMOBILIÁRIO

- Cobrança de comissão de corretagem. Incompetência... 4/160

CORRETORA DE SEGUROS

- Contratação de vendedor. Vínculo empregatício. Viabilidade 4/160

CORTE DE CANA

- Horas extras. Salário por produção. Devido o valor da hora normal mais o adicional respectivo 6/283

CRÉDITO

- da IMESP. Prescrição intercorrente. Possibilidade 6/282
- do IMESP. Inteligência do art. 40, § 4º da Lei n. 6.830/1980 3/112

CTPS

- Ausência de anotação da CTPS. Imediatidade inobservada pelo empregado. Rescisão indireta afastada 4/161

CULPA

- exclusiva da vítima. Não caracterizada. Amputação de braço do obreiro em máquina trituradeira de cana-de-açúcar. Condição insegura do labor. Negligência patronal. Mantido o dever de indenizar 1/41

CUMULAÇÃO

- do benefício de aposentadoria oriunda do Regime Geral da Previdência Social com os proventos de emprego público. Possibilidade 4/163

CUSTAS

- Guia DARF. Preenchimento deficiente. Ausência de indicação do reclamante, da Vara e do Processo. Deserção 5/220
- Inadequação da comprovação mediante DARF 6/282

DANO

- ambiental público e notório. Contaminação do meio ambiente do trabalho. Obrigação de indenizar 3/120
- material 3/120
- material. Constituição de capital. Empresa de notória capacidade econômica. Desnecessidade 6/282
- moral coletivo. Assédio moral. Caracterização 6/270
- moral coletivo. Contratação de trabalhadores em condições subumanas 5/220
- moral e material. Acidente de trânsito. Fato de terceiro. Motorista de ônibus. Atividade rotineira. Responsabilidade objetiva 1/34
- moral e material. Perícia médica que constata doença do trabalho a partir da exposição do trabalhador a agente físico agressivo não descrito na inicial. Causa de pedir aberta. Inexistência de violação aos artigos 128 e 461 do CPC 2/72
- moral imputado a brasileiro que trabalhou no exterior. Indenização compensatória devida 6/278
- moral 3/120
- moral. Adesão ao movimento grevista. Dispensa do reclamante. Conduta discriminatória e anti-sindical. Violação aos princípios fundamentais e constitucionais 2/72
- moral. Anotação incorreta da função em CTPS. Inobservância do art. 29 da CLT 5/221
- moral. Ato ilícito. Obrigação de indenizar 4/161
- moral. Atraso no pagamento dos salários. Indenização devida 6/282
- moral. Cancelamento de promoção. Recurso Ordinário 4/161
- moral. Cumprimento de metas. Exposição vexatória. Configuração 3/112
- moral. Dano material. Doença degenerativa. Agravamento em face das condições ergonômicas insatisfatórias. Redução da capacidade laborativa. Concausa.

- Responsabilidade objetiva. Cabimento. Artigos 7º, XXII, da CF; 927, parágrafo único, e 950, *caput*, do CC; e 2º, *caput*, da CLT 3/112
- moral. Demissão em massa. Ausência de prévia negociação coletiva. Abusividade. Ofensa à dignidade da pessoa humana do trabalhador. Pertinência 6/282
- moral. Desavença entre servidoras. Responsabilidade do município. Não caracterizado 5/221
- moral. Dispensa sem justa causa. Exercício regular de direito. Adversidade decorrente do cotidiano 2/73
- moral. Doença ocupacional. Inocorrência 5/225
- moral. Empregado não registrado. Lesão caracterizada. Art. 927 do CC 5/221
- moral. Falta de adequadas instalações sanitárias no campo. Configurado 6/283
- moral. Fixação de indenização por dano moral. Inconformidade da parte com o valor fixado, sem apontar o valor que, fundamentadamente, entenderia então como correto. Redução impraticável, devendo ser mantida aquela fixada pela sentença de 1ª Instância 5/221
- moral. Furto. Persecução policial e posterior ação penal para apuração dos fatos. Exercício regular de direito. Art. 188, I, do CC. Inocorrência 5/220
- moral. Indenização por dano moral. Acidente de trabalho. Ação ajuizada pelos irmãos da vítima. Prova do fato constitutivo do direito 5/237
- moral. Limitação ao uso do banheiro 4/161
- moral. Não homologação rescisória. Não entrega de guias para habilitação no seguro-desemprego e liberação do FGTS. Configuração 6/283
- moral. Ofensa aos valores íntimos do nascituro. Possibilidade. Recurso Ordinário 4/161
- moral. Recusa em fornecer trabalho ao empregado portador de deficiência física adaptado 6/283
- moral. Rural. Ausência de fornecimento de instalações dignas para realização de necessidades fisiológicas 6/283

DANOS

- materiais decorrentes de acidente do trabalho. Incapacidade laboral parcial e definitiva. Não comprovação de despesas com tratamento médico e remédios. Irrelevância, desde que comprovada a redução do patrimônio jurídico material. Aplicação dos artigos 949 e 950 do CC/2002 5/221
- materiais e morais. Não homologação rescisória. Não entrega de guias para habilitação no seguro-desemprego e liberação do FGTS. Configuração 5/221
- materiais e morais. Óbito do empregado no trabalho. Fato de terceiro. Responsabilidade do empregador não configurada 6/283
- materiais. Pensão mensal. Dedução de benefícios previdenciários percebidos pela vítima. Descabimento 1/37
- material e moral. Acidente de trajeto. Ausência de nexo causal 2/73
- morais e materiais não configurados. Preenchimento incorreto do perfil profissiográfico previdenciário. Simples irregularidade documental 5/222
- morais. Ausência de prova. Não configuração 6/280
- morais. Bancário. Transporte de valores. Indenização devida 6/283

- morais. Caso Shell. Doença profissional. Nexo causal. Elaboração de laudo por perito toxicologista. Existência de outros elementos de prova mais do que suficientes para a fixação do convencimento judicial. Desnecessidade 3/113
- morais. Caso Shell. Empregado portador de moléstias variadas e incapacitantes. Sofrimento e abalo psicológico. Prova desnecessária..... 3/113
- morais. Inadimplemento dos haveres rescisórios. Indenização indevida 2/73

DECISÃO MONOCRÁTICA

- Recurso inadmissível por falta de representação. art. 557 do CPC 3/113

DEMISSÃO

- em massa. Dispensa discriminatória. Indenização por danos morais 6/283

DENUNCIACÃO À LIDE

- Empresa seguradora. Impossibilidade..... 6/284

DEPÓSITO RECURSAL

- Campo destinado à autenticação mecânica. Ilegível..... 5/222
- Agravo de petição. Liberação de processo envolvendo empresa em recuperação judicial..... 4/161
- Importe a ser recolhido conforme o valor vigente na data da interposição do recurso. Deserção 4/162
- Utilização da guia para depósito judicial trabalhista e não a GFIP. Deserção 4/162

DEPÓSITOS

- Fundiários 4/170

DESCONTOS

- a título de vale transporte. Condução fornecida pelo empregador. Legalidade do art. 8º da Lei n. 7.418/1985 e Decreto n. 95.247/1987 4/168

DESERÇÃO

- Agravo de instrumento. Ausência de depósito recursal 4/162
- Ausência de depósito recursal. Empresa em recuperação judicial. Configurada. Impossibilidade de aplicação analógica da Súmula n. 86 do C. TST..... 5/222

DESJEJUM

- e troca de uniforme. Período à disposição do empregador. Configuração..... 6/284

DESPESA

- com publicação de edital. Reclamatória trabalhista arquivada pelo não comparecimento do autor. Impossibilidade de atribuição à reclamada do ônus pelo pagamento da despesa de publicação 6/284

DESVIO

- funcional e acúmulo de funções. Institutos jurídicos de natureza distinta..... 6/284
- de função. Aplicação do princípio da inalterabilidade contratual lesiva..... 3/113

DIFERENÇAS

- de complementação de aposentadoria. Verbas transacionadas no âmbito da comissão de conciliação prévia. Efeitos 6/284
- salariais. Art. 456 *versus* art. 460 da CLT. Descabimento 4/162
- salariais. Promoção. Plano de carreiras. Reenquadramento... 3/113

DIREITO

- de arena. Jogador de futebol. Percentual mínimo de 20%. Art. 42 da Lei n. 9.615/1998..... 1/34
- de imagem. Atleta. Pagamento por terceiros. Natureza jurídica. Gorjetas..... 4/162
- do Trabalho. Anistia. Lei n. 11.282/2006. Reintegração desnecessária para auferir os benefícios de contagem do tempo de serviço 1/34
- fundamental. Convidar empregados para orações no ambiente de trabalho. Ofensa à liberdade religiosa. Direito fundamental (CF/1988, art. 5º, VI)..... 5/222
- Processual do Trabalho. Indeferimento de prova oral acerca da legitimidade de descontos a título de faltas, compras em farmácia e adiantamentos. Cerceamento de defesa. Não ocorrência 1/34

DIREITOS INDIVIDUAIS

- Arbitragem. Não-cabimento..... 2/73

DIRIGENTE SINDICAL

- Afastamento remunerado 1/35

DISCIPLINA LEGISLATIVA..... 6/284

DISPENSA ARBITRÁRIA

- Abuso de direito. Danos morais. *Damnum in re ipsa*. Recurso ordinário..... 6/285

DISSÍDIO

- coletivo qualificado por greve. Servidores públicos. Regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho..... 5/222
- coletivo. Acordo. Manutenção de cláusulas pré-existentes. Análise. Necessidade 6/285
- coletivo. Reposição de perdas salariais passadas. Incorporação do prêmio assiduidade ao vale alimentação. Vale combustível. Bonificação natalina..... 5/223
- de greve. Não retorno ao trabalho após decisão proferida pela Justiça do Trabalho. Licitude dos descontos dos dias não trabalhados..... 6/285

DIVULGAÇÃO

- indevida de material fotográfico. Abuso de direito. Indenização devida. Artigos 186 e 187 do CC/2002..... 4/162

DOENÇA

- ocupacional resultante de agressão ao meio ambiente do trabalho. PAIR (perda auditiva induzida por ruído). Responsabilidade civil do empregador 2/73, 4/162
- ocupacional. Lesão em partida de futebol de time da reclamada. Não obrigatoriedade de participação do empregado. Ausência de nexo causal entre a moléstia e o labor desenvolvido..... 6/285

- ocupacional. Ônus da prova.....5/223
- ocupacional. Vistoria no ambiente de trabalho. Avaliação das condições ergonômicas da função. Indispensabilidade.....5/223
- profissional. Responsabilidade civil. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....4/162

DOMÉSTICO

- e não celetista. Retificação em CTPS. Caseiro. Impossibilidade de reconhecimento de vínculo como empregado regido pela CLT. Ônus do autor. Aplicação do art. 818, da CLT e art. 333, I, do CPC.....5/224

DOMINGOS

- Escala 5x1. Folga compensatória não usufruída. Exigência legal descumprida.....5/224

DONO DA OBRA

- Terceirização. Critério de diferenciação.....6/285

DONOS DO IMÓVEL

- Alugado para empregador posto de gasolina. Ausência de responsabilidade solidária. Recurso ordinário.....1/35

DUPLA PENALIDADE

- Limites ao poder disciplinar do empregador. Descomissionamento e transferência de localidade. Não configuração. Demissão mantida.....2/78

ECT

- Correspondente bancário. Jornada de trabalho. Equiparação aos bancários nos moldes do art. 224 da CLT e da Súmula 55 do TST. Impossibilidade3/114

EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

- Certidão de crédito. Extinção da execução. Impossibilidade6/285

EMBARGOS

- à execução. Garantia parcial do juízo. Conhecimento por exceção5/224
- à execução. Sócio pessoa física incluído no curso do processo. Incapacidade econômica ou miserabilidade jurídica. Ausência de prévia garantia do juízo. Irrelevância. Direito de acesso ao judiciário, ao contraditório e à ampla defesa. Prevalência. Conhecimento. Inteligência do art. 5º, incisos XXXV e LV, CF5/224
- de terceiro. Apresentação após a alienação do bem imóvel em hasta pública e expedição da carta de arrematação. Intempestividade5/225
- de terceiro. Bem não levado a registro imobiliário antes do ajuizamento da reclamação trabalhista, e até do acordo que atraiu o manto da coisa julgada. Efeito da Súmula de n. 84 do STJ.....6/285
- de terceiro. Cerceamento de prova. Caracterização.....2/73
- de terceiro. Compromisso de compra e venda. Registro da escritura de compra e venda posterior ao ajuizamento da ação. Boa-fé do terceiro. Insubsistência da penhora6/286

- de terceiro. Fraude à execução. Penhora de bem de sócio3/114
- de terceiro. Prazo para interposição. Art. 1.048 do CPC. Contados da data da imissão na posse. Pertinência3/114
- de terceiro. Prazo para interposição. Exegese do art. 1.048 do CPC2/74
- de terceiro. Sócio comum. Penhora de bens pertencentes a empresa distinta. Não cabimento2/74
- de terceiros. Ação trabalhista ajuizada em face de pessoa jurídica. Imóvel vendido pelo sócio. Boa-fé do adquirente. Fraude à execução não configurada.....6/286
- declaratórios. Não conhecimento quando não se referem à decisão proferida ou quando, invocando o instituto do prequestionamento, meramente listam dispositivos legais1/35
- declaratórios. Tempestivos. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos.....6/293

EMENDA

- à inicial antes ou durante a audiência inaugural. Possibilidade4/163

EMPREGADO

- Empregada pública jubilada. Acúmulo de proventos de aposentadoria com salários. Ausência de impedimento legal. Regimes previdenciários distintos3/114
- Empregada afastada pelo INSS por mais de 15 dias. Recusa da reclamada em oferecer trabalho após a alta médica. Salários do período compreendido entre a cessão do benefício e a reintegração devidos.....5/225
- portador de necessidades especiais. Dispensa5/225
- público. Aposentadoria compulsória (septuagenária). Manutenção no serviço público. Impossibilidade. Nulidade. Violação do art. 40, §1º, II, da CF/19885/225
- público. Aposentadoria. Continuidade da relação de emprego4/163

EMPRESA

- Brasileira de Correios e Telégrafos. ECT. Anistia. Lei federal n. 11.282, de 24.02.2006. Análise de ato administrativo federal. Competência da Justiça do Trabalho e legitimidade passiva *ad causam* da União4/163
- promotora de vendas. Concessão de financiamentos bancários. Instituição financeira. Caracterização. Enquadramento do empregado como bancário.....1/35

ENQUADRAMENTO

- funcional. Trabalhador rural. Empresa situada em área rural que atua em duas frentes - agropastoril e industrial, sem que haja preponderância. Empregado que se ativa exclusivamente na área industrial. Não configuração. Precedentes do TST3/114
- Usina de açúcar e álcool. Enquadramento dos tratoristas4/164

ENTE PÚBLICO

- Convênio com organização da sociedade civil de interesse público. Responsabilidade subsidiária. Ocorrência5/225

- Recurso ordinário. Contratação temporária. Relação jurídico. Administrativa. Incompetência da Justiça do Trabalho..... 4/164
- Responsabilidade subsidiária por inadimplemento da terceirizada quanto as verbas trabalhistas..... 4/164

ENTIDADE SINDICAL

- Desmembramento. Liberdade sindical. Autorização do sindicato antigo desnecessária 2/74

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

- Acúmulo de funções já reconhecido. Impossibilidade de concomitância dos dois institutos 4/177
- Alteração de função. Diferença de tempo na função. Não ocorrência 2/74
- em cadeia. Incabível a pretensão em relação ao paradigma beneficiado por sentença judicial ou detentor de vantagem pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia..... 6/286
- Plano de carreira. Homologação pelo Ministério do Trabalho. Necessidade 4/164

ESTABILIDADE

- acidentária. Contrato por prazo determinado. Cabimento 1/35
- acidentária. Prazo para comunicação da doença estabelecido em norma coletiva 1/35
- Acidente do trabalho. Contrato por prazo determinado. Existência..... 4/164
- decenal. Opção pelo regime do FGTS não homologada pela Justiça do Trabalho. Obrigatoriedade imposta pela Lei n. 5.107/1966 que não pode ser afastada. Reconhecimento do trabalhador como estável..... 2/78
- do art. 118 da Lei n. 8.213. Acidente sofrido pelo trabalhador dentro de sua residência. Impossibilidade de reconhecimento de acidente de trabalho 5/225
- pré eleitoral. Ente público estadual. Eleições municipais 1/35

ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA

- Assistência social e proteção à saúde dos canavieiros. Legislação específica. Recepção pela CF/1988. Pertinência..... 3/114

ESTRANGEIRO

- Situação irregular. Direitos sociais..... 4/165

EXCEÇÃO

- de competência *ex ratione loci*. Ajuizamento da ação no domicílio do empregado. Exegese do art. 651 da CLT na era pós-moderna 2/74
- de incompetência. Recurso ordinário contra decisão que julgou exceção de incompetência. Conhecimento. 3/115
- de pré-executividade. Decisão interlocutória. Não-cabimento de agravo de petição..... 6/286

EXCESSO DE PENHORA

- Não caracterização 6/286

EXECUÇÃO

- Adicional de insalubridade calculado sobre a

- remuneração. Título inexigível. Coisa julgada inconstitucional. Aplicação do art. 884, § 5º, da CLT3/115
- Bem de propriedade do executado adquirido por terceiro após a propositura da ação. Inexistência de prova de patrimônio do executado apto a solver a dívida. Fraude à execução. Caracterização.....2/75
- Bens do cônjuge do executado. Responsabilidade patrimonial secundária.....5/226
- Devedor subsidiário. Benefício de ordem. Esgotamento dos meios em face do devedor principal. Inexigibilidade 2/75
- falência. Agravo de instrumento julgado improcedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Impossibilidade de prosseguimento da execução trabalhista 4/165
- fiscal de multa administrativa. Inexigibilidade no processo falimentar. Competência da Justiça do Trabalho..... 4/165
- fiscal. Multa administrativa imposta em face da sonegação de depósitos de FGTS. Redirecionamento contra o ex-sócio. Impossibilidade.....6/286
- Garantia do juízo. Depósito realizado no prazo de 15 dias. Indevida a cominação da multa prevista no art. 475-J 5/226
- Plano de previdência privada VGBL. Penhora. Possibilidade..... 2/75
- provisória. Liberação de parte do valor depositado. Possibilidade. art. 475-O, § 2º, I, do CPC. Aplicação subsidiária ao Processo do Trabalho (art. 769 da CLT) 1/36
- Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem.....5/225
- trabalhista. Fraude à execução. Terceiro adquirente de boa-fé. Alienação de bem imóvel de sócio anterior à sua integração no polo passivo da execução e ao registro da penhora. Inexistência. Artigos 5º, XXII, CF/1988, 659, § 4º, do CPC e Súmula n. 375 do Colendo STJ. 1/36

EXERCÍCIO

- Conflitos de princípios fundamentais. Do direito de greve x proteção da propriedade e posse. ponderação de interesses juridicamente protegidos4/165

EXIGÊNCIA

- que a empregada mantenha peso corporal em nível compatível com os interesses da empresa. Cláusula contratual abusiva e discriminatória. Advertência por excesso de peso. Rigor excessivo. Rescisão indireta. Justa causa patronal. Pertinência..... 1/36

EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO

- de crédito em execução há muito pendente, à falta de bens que possam quitar o débito. Baixa dos autos ao arquivo. Licitude e adequação da medida.....5/226

EXPOSIÇÃO

- ao benzeno presente na indústria de pneus. Aquisição, pelo trabalhador, de doença que a legislação reconhece como decorrente da exposição ao produto químico, a saber, leucemia mielóide crônica. Dever de indenizar6/287

EXTINÇÃO

- da execução. Agravo de petição. Recuperação judicial. Art. 6º, § 5º da Lei n. 11.101/20054/165

FACTUM PRINCIPIS

- Não ocorrência de *factum principis*. Responsabilidade do empregador pelo pagamento das verbas decorrentes do contrato de trabalho 1/36

FALÊNCIA

- Crédito previdenciário. Incompetência da Justiça do Trabalho. Competência do juízo de falências 2/75
- Desconsideração da personalidade jurídica da devedora. Responsabilidade dos sócios 6/287
- do devedor principal. Redirecionamento da execução em face do devedor subsidiário. Cabimento 5/226
- do devedor. Responsável subsidiário. Redirecionamento autorizado. Procedimento que enaltece a duração razoável do processo e efetividade da execução 2/75
- Prosseguimento da execução. Incompetência da Justiça do Trabalho. Agravo de petição 4/166

FALSA PARCERIA

- Relação de emprego. Extração de látex 6/287

FAZENDA PÚBLICA

- Agravo de instrumento. Aplicação da Súmula 197 do TST 4/166
- Recurso ordinário da Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária por culpa *in vigilando* 4/166

FEDERAÇÃO

- Desmembramento. Possibilidade. Decisão judicial transitada em julgado 4/166

FERIADOS TRABALHADOS

- Folga compensatória. Inexistência de obrigação de concessão na mesma semana. Recurso Ordinário 6/287

FÉRIAS

- proporcionais. Demissão por justa causa. Devidas 6/287
- em dobro. Pagamento de período de férias trabalhado não quita este título 3/115
- proporcionais. Dispensa por justa causa. Direito reconhecido. Aplicação do art. 4º da Convenção n. 132 da OIT 5/226
- proporcionais. Pedido de demissão. Cabimento 1/37
- Conversão de 1/3 em abono pecuniário. Imposição do empregador. Repetição do pagamento de forma simples 5/227

FGTS

- Parcelamento do débito junto à CEF. Renúncia tácita à prescrição 5/227

FISIOTERAPEUTA

- Sócia simulada com participação irrisória. Admissão fraudulenta. Vínculo reconhecido 3/115

FRAUDE

- à execução. Doação de bens. Doador insolvente. Configuração. Art. 593, II, do CPC 6/287
- à execução. Renúncia a usufruto 5/227
- contra credores invocada no curso da execução. Descabimento. Necessidade do ajuizamento de ação pauliana

- para obtenção da anulação do negócio jurídico. Artigos 158 e seguintes do Código Civil. Agravo de petição 3/115
- Embargos de terceiro. De execução. Aplicação da Súmula n. 375 do STJ 4/166

FRUTOS FINANCEIROS

- Pedido de devolução dos lucros auferidos pelo banco com a retenção indevida dos créditos do autor 3/116

FUNDAÇÃO

- Casa. Progressão funcional horizontal. Ausência de avaliações de desempenho. Inércia injustificada. Vantagem salarial devida 4/166

FURTO

- de veículo em estacionamento disponibilizado ao empregado. Dever do empregador de reparar o dano, ainda que o regulamento interno contenha cláusula de desoneração de responsabilidade 3/116

GARANTIA DE EMPREGO

- Dispensa da reclamante durante período de garantia de emprego gestacional, sem o pagamento da indenização correspondente. Violação ao art. 10, II, "b", do ADCT. Ato ilícito configurado. Danos morais. Caracterização *ipso facto* 5/236

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

- Servidor do município de Botucatu. Indevida incorporação ao salário. Inocorrência de prescrição administrativa. Extensão dos efeitos da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 221 da Lei municipal n. 2.164/1974 e art. 4º da Lei complementar municipal n. 35/1992. Recurso provido 2/76

GRAVAÇÃO

- unilateral de conversa. Prova lícita, que requer cautela na sua apreciação 6/287

GRUPO ECONÔMICO 6/288

GUIA DO DEPÓSITO RECURSAL

- Autenticação bancária ilegível. Deserção 5/227

HIPOTECA JUDICIÁRIA

- Aplicabilidade na Justiça do Trabalho. Garantia de eficácia do comando sentencial 2/76
- Aplicabilidade. Inexistência de pedido exordial. Cabimento 2/76
- Aplicação do art. 466 do CPC ao Processo do Trabalho. Possibilidade 4/167
- Constituição. Desnecessidade de requerimento da parte. Aplicação no processo trabalhista 4/167

HOMOLOGAÇÃO

- da rescisão em atraso. FGTS e 40% recebidos a destempo 4/167

HONORÁRIOS

- advocatícios 2/76, 4/152

- advocatícios. Indenização pela contratação de advogado particular. Indevidos..... 4/167
- advocatícios. Indevidos..... 6/294
- advocatícios. Sindicato. Substituto processual. Súmula n. 219, III, do TST..... 6/295
- assistenciais. Cabimento. 1/35
- contratuais advocatícios não demandados e incluídos posteriormente no acordo. Ausência de assistência sindical. Contribuição previdenciária inexigível no processo 4/167
- periciais contábeis. Pagamento. Responsabilidade do executado..... 6/288
- periciais contábeis. Fase de execução de sentença. Responsabilidade..... 5/227

HORA EXTRA

- Jornada especial. Técnico em radiologia. Vinte e quatro horas semanais. Previsão legal. Lei n. 7.394/1985 e Decreto n. 92.790/1986..... 1/37

HORAS

- de espera pelo transporte público. Indevidas 4/167, 168
- extras. Cargo de confiança. Analista pleno e assistente regional. Exceção do §2º do art. 224 da CLT..... 4/168
- extras. Divisor 200. 44 horas semanais. Inaplicável.... 3/116
- extras. Ginástica laboral e troca de uniforme antes do registro do ponto. Obrigatoriedade. Tempo à disposição do empregador. Caracterização 5/227
- extras. Motorista de caminhão de transporte. Controle de jornada externa 4/168
- extras. Municipalidade. Diferenças. Divisor 220. Pretensão indevida 3/117
- extras. Pagamento de 60 horas fixas sem a devida contraprestação de serviços. Interrupção de pagamento. Servidor público municipal. Indevida incorporação ao salário. Complementação salarial indevida..... 2/76
- extras. Vendedor comissionista. Realização de tarefas estranhas à função durante a prorrogação da jornada. Pagamento integral das horas extras. Inaplicabilidade do entendimento constante da Súmula 340 do TST..... 4/168
- *in itinere*. Alteração do local da prestação de serviços. Extinção do estabelecimento 4/168
- *in itinere*. Dispensa de seu pagamento por norma coletiva. Invalidez. Devida 5/227
- *in itinere*. Limitação por meio de norma coletiva. Possibilidade..... 5/228
- *in itinere*. Negociação coletiva. Impossibilidade..... 4/169

ILEGITIMIDADE DE PARTE

- declarada em sentença anterior. Coisa julgada formal. Efeitos 3/117

IMPENHORABILIDADE

- Bem de família. Necessidade da prova 2/76

IMPOSTO DE RENDA

- Apuração. Rendimentos recebidos acumuladamente 3/117
- Apuração. rendimentos recebidos acumuladamente ... 4/169
- Crédito trabalhista. Cálculo da tributação incidente sobre férias e décimo terceiro salário em separado dos

- demais rendimentos tributáveis. Inteligência dos artigos 625 e 638, inciso III, do Decreto n. 3.000/19995/228
- Incidência sobre valor recebido em acordo firmado em decorrência da desativação de estabelecimento empresarial ou fabril. *Severance package*. Natureza salarial2/76
- Lei n. 12.350/2010 e IN RFB 1.127/2011. Forma de cálculo.....4/169
- Lei n. 12.350/2010 e Instrução Normativa RFB 1.127/2011. Forma de cálculo.....3/117
- rendimentos recebidos pelo empregado, acumuladamente. Inserção do art. 12-A na Lei n. 7.713/1988, mediante redação conferida pela Lei n. 12.350, de 20.12.2010.....6/295
- sobre rendimentos recebidos acumuladamente (RRA). Forma de apuração.....5/228

IMPUGNAÇÃO DO VALOR

- da avaliação feita por oficial de justiça. Inexistência de prova para a sua desconstituição5/228

IMPOSSIBILIDADE

- de reconhecimento de vínculo de emprego sem aprovação prévia em concurso público..... 1/33

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

- Organismo internacional. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO2/77

INCLUSÃO DO RECLAMANTE

- em cadastro de admissão - CAGED. Inocorrência de contratação. Suspensão do seguro-desemprego. Dever de indenizar3/117

INCOMPETÊNCIA

- da Justiça do Trabalho. Cargo em comissão. Ente público4/169
- em razão do lugar afastada. Competência da vara em que domiciliado o empregado e para a qual os autos foram originariamente distribuídos3/115
- material da Justiça do Trabalho. Contrato de trabalho temporário. Frentes de trabalho. Município. Lei especial 3/117
- material da Justiça do Trabalho. Ente público. Contrato temporário. Vínculo jurídico-administrativo4/169

INCONSTITUCIONALIDADE

- do Anexo II, da NR-17, do MTE quanto à fixação de jornada reduzida de 6 (seis) horas diárias e 36 (trinta e seis) horas semanais para operadores de teleatendimento/*telemarketing*4/169

INDENIZAÇÃO

- do art. 940 do CC. Inaplicabilidade ao Direito do Trabalho 5/229
- Período transcorrido entre a aprovação no concurso público e a efetiva nomeação. Indevida.....3/118
- por dano moral devida. Condições inadequadas de moradia. Caracterizada a violação à dignidade e intimidade do obreiro.....4/170

- por dano moral. Assédio moral. Isolamento sem designação de tarefas. Ócio forçado e remunerado 5/229
- por dano moral. Bancário. Transporte de valores. Tarefa de risco alheia às obrigações do contrato de trabalho. Devida 4/169
- por dano moral. Fase pré-contratual. Admissão frustrada injustificadamente. Reparação devida 5/229
- por dano moral. Notícia do suposto crime à autoridade policial. Incabível, quando não evidenciada a má-fé do empregador 4/170
- por dano social. Condenação de ofício. Julgamento *ultra petita* 6/288
- por danos morais e materiais. Contrato nulo. Cabimento. Ausência de contrariedade ao entendimento da Súmula n. 363 do C. TST 1/37
- por danos morais e materiais. Valor certo e determinado. Juros de mora desde o ajuizamento da ação. Correção monetária a partir da prolação da decisão condenatória 3/120
- por danos morais. Contratação não efetivada em face da postulante à vaga possuir restrição de crédito. Devida 1/37
- por danos morais. Perda de uma chance. Tratativas consistentes para a admissão de emprego. Anotação e posterior cancelamento de registro do contrato de trabalho na CTPS. Dever de indenizar 5/229
- por danos morais. Prova convincente de lesão aos direitos da personalidade. Viabilidade 4/163
- suplementar. Dano social. Cabimento 1/37

INÉPCIA

- da petição inicial. Recurso ordinário. Não caracterização. Causa de pedir concisa. Observância do artigo 840, § 1º, da CLT. Simplicidade e informalidade do processo trabalhista à luz do *ius postulandi* 4/170

INEXISTÊNCIA

- de prévia aprovação em concurso público após a Constituição de 1988. Contrato nulo 1/33

INFRAÇÃO

- por crime ambiental praticada pelo empregador, cuja notificação foi assinada pelo empregado em razão do seu cargo. Não adoção pelo empregador de medidas legais cabíveis para substituição do nome do empregado pelo seu nome no procedimento em trâmite na secretaria estadual do meio ambiente. Dano moral configurado. Reparação devida 6/288

INGRESSO

- e ocupação irregular de cargo público. Nepotismo já declarado pela Justiça comum estadual. Aplicação da Súmula vinculante n. 13 do STF. Resilição contratual. Efeitos pecuniários restritos aos previstos na Súmula 363 do TST 4/170

INQUÉRITO JUDICIAL

- Falta grave. Estabilidade provisória. Gestante 6/288

INSALUBRIDADE

- Adicional devido. Empacotadora de carvão vegetal embalado. exposição à fuligem e à poeira de carvão de

forma habitual e permanente. Enquadramento no Anexo 13 da NR-15 4/170

INTERVALO

- do art. 384, da CLT. Aplicabilidade 1/38
- intrajornada. Anotação ou pré-assinalação. Norma cogente. Ausência. Presunção de não fruição. Inteligência do art. 74, § 2º, 71, § 4º da CLT e Súmula n. 338 do TST 5/230
- intrajornada. Art. 253 da CLT. Computado como tempo de efetivo serviço. Incabível coincidir com o intervalo previsto no art. 71 da CLT 1/42
- intrajornada. Flexibilização. Impossibilidade sem autorização do Ministério do Trabalho e Emprego 5/230
- intrajornada. Fracionamento. Empregado rural. Art. 71 da CLT. Recurso ordinário 3/118
- intrajornada. Fracionamento. Recurso ordinário 4/171
- intrajornada. Tempo despendido em deslocamento e na fila do refeitório. Supressão não caracterizada 4/171

INTERVENÇÃO

- do Estado na propriedade. Requisição de bem particular pelo poder público. Art. 5º, inciso XXV da CRFB/1988. Intransferibilidade da propriedade. Arresto. Possibilidade 6/288
- Municipal. Urbes. Sucessão empresarial. Responsabilidade solidária/subsidiária. Inocorrência 6/289

INTIMAÇÃO

- da sentença em nome de advogado diverso do requerido pela parte. Prejuízo demonstrado. Nulidade da intimação 5/230

INTERVENÇÃO

- municipal temporária. Serviço de transporte coletivo urbano. Concessão pública. Responsabilização do interventor. Impossibilidade 4/171

INVERSÃO

- do ônus da prova. Princípio da carga probatória dinâmica 6/289

JARDINEIRO

- Exposição continuada a raios solares sem proteção. Inobservância do princípio da prevenção. Câncer de pele. Dano moral devido 2/77

JOGADOR DE FUTEBOL

- Valores pagos a título de direito de imagem. Natureza salarial 6/289

JORNADA

- de trabalho especial. Técnico em radiologia. Situação peculiar, diversa da pacificada pela Súmula n. 370, do C. TST 1/37
- 12x36. Feriados trabalhados 5/230
- de trabalho especial. Técnico em radiologia. Vinte e quatro horas semanais 1/37
- de turnos ininterruptos de revezamento. Redução da hora noturna e hora noturna em prorrogação. Cabimento 5/232

JULGAMENTO

- do mérito recursal quando afastada decisão que extingue o processo sem a sua apreciação. Princípio da instrumentalidade das formas. Não violação do direito ao contraditório e à ampla defesa 6/289

JUROS

- de mora. Critério de atualização dos cálculos abrangido pela coisa julgada. Inaplicabilidade do art. 1º-f da Lei n. 9.494/1997 4/171
- de mora. Empresa pública. Art. 1º-f da Lei n. 9.494/1997. Inaplicável..... 6/289
- de mora. Fazenda pública. Período anterior à sucessão da extinta RFFSA pela União. Inaplicabilidade do art. 1º-f da Lei n. 9.494/1997 2/77
- e multa. incidentes sobre os recolhimentos previdenciários. Responsabilidade 1/38

JUSTA CAUSA

- Abandono de emprego. Configuração. Elementos objetivo e subjetivo 6/289
- Apropriação indébita. Absolvção no juízo criminal. Art. 935 do CCB e 66 do CPP..... 4/171
- Atestado médico adulterado. Improbidade. Prova 5/230
- Improbidade. Atestado médico falsificado. Art. 482, a, CLT 4/171
- Cargo elevado na empresa. Índícios de desvio patrimonial. Pertinência 4/171

JUSTIÇA

- do trabalho. Competência material determinada pela natureza da pretensão formulada na petição inicial. Precedentes do TST e do STJ. Recurso provido 1/38
- do trabalho. Contrato de transporte de cargas. Relação de natureza comercial. Reconhecimento. Incompetência. Inteligência do art. 5º da Lei n. 11.442/2007 6/289
- gratuita e assistência judiciária. Distinção e efeitos..... 1/38
- gratuita e assistência judiciária. Distinção..... 3/118
- gratuita. Agravo de instrumento. Declaração de pobreza. Requerimento. Deserção afastada 4/171
- gratuita. Concessão ao empregador. Possibilidade. Aplicação do inciso VII, do art. 3º da Lei n. 1.060/1950..... 4/172
- gratuita. Declaração de hipossuficiência..... 5/227
- gratuita. Dispensa do depósito recursal e do recolhimento das custas 3/118
- gratuita. Dispensa do depósito recursal e do recolhimento das custas. Empregador doméstico. Possibilidade 4/171
- gratuita. Valor devido ao perito no caso de gratuidade da justiça. Possibilidade de ser atribuído seu pagamento à União quando o valor estabelecido no Provimento GP/CR n. 06/2005 se mostrar insuficiente à quitação do trabalho realizado 1/38

LAUDO PERICIAL

- Fundamentos deficientes. Princípio da motivação 5/230
- inconclusivo. Determinação de nova perícia, de ofício, pelo órgão julgador de 2º grau. Possibilidade..... 5/230

LAVOURA CANAVIEIRA

- Plano de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Perdas e danos.....4/172

LEGITIMAÇÃO

- ativa para recorrer. IMESP. Interesse meramente econômico. Qualidade de terceiro interessado. Impossibilidade 6/290

LEGITIMIDADE

- Embargos de terceiro. Qualidade de terceiro. Não-inclusão na execução à época da interposição.....4/172

LICENÇA-PRÊMIO

- Município de Rio Claro. Servidor regido pela CLT. Indevida a vantagem 6/290

LIMITES OBJETIVOS DA LIDE

- Fragmentação da causa de pedir. Impossibilidade de extensão a pedidos não deduzidos em ação anterior 6/290

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Abuso do direito de recorrer. Inovação recursal. Penalidade não abrangida pelos benefícios da justiça gratuita 2/77
- Alteração da verdade dos fatos comprovada. Cabível a multa e o pagamento dos honorários advocatícios à parte contrária.....5/230
- Multa. Responsabilidade da advogada da parte. Impossibilidade 6/290

LITISPENDÊNCIA

- Ação coletiva ajuizada pelo sindicato. substituição processual e ação individual. Não configuração 5/231

MANDADO DE SEGURANÇA

- Caução licitatória oferecida a ente público. Impossibilidade de retenção para garantia de verbas trabalhistas. Concessão da segurança 5/231
- Contribuições previdenciárias. Execução *ex officio*. Determinação ao representante judicial da União para que apresente certidão atualizada do bem imóvel que deseja penhorar. Ofensa aos ditames do art. 114, VIII, da CF/1988, e 876, parágrafo único, da CLT. não-ocorrência 1/39
- Dispensa por justa causa. Antecipação da tutela jurisdicional determinando à reclamada o pagamento das parcelas do seguro-maternidade. Ilegalidade e abusividade. Não-ocorrência 1/39
- Embargos de terceiro. Suspensão da execução. Garantia legal..... 6/290
- Manutenção da Súmula n. 414, I do C. TST após a superveniência da Lei n. 12.016/2009 3/118
- Penhora de dinheiro em conta poupança. Impossibilidade. Concessão 5/231
- Penhora sobre 30% dos salários dos sócios da reclamada. Ofensa aos princípios da proteção e da impenhorabilidade absoluta dos salários. Ordem concedida 1/39
- Responsabilidade civil do magistrado. Condenação

- imposta no próprio processo em que atuou. Necessidade de ação própria. Devido processo legal. Ato atentatório à independência do juiz. Imparcialidade 5/231
- Sistema Bacen-jud. Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Liberação de valores bloqueados aos exequentes, em execução provisória. Impossibilidade..... 1/39
- Suspensão dos efeitos da praça. Remição da parte em tempo hábil. Direito líquido e certo à aquisição originária do bem. Não configuração 3/119

MANUTENÇÃO

- de plano de saúde quando o direito decorre de extinto contrato de trabalho. Competência da justiça obreira.... 6/290

MEACÃO

- do cônjuge. Penhora e alienação de bem indivisível. Possibilidade. Inteligência do art. 655-B do CPC..... 4/172

MÉDICO

- Jornada 4/173

MEDIDA CAUTELAR

- inominada. Medida inominada. Fazenda Pública: Súmula n. 414, do C. TST. Pedido de efeito suspensivo ao RO. Antecipação de tutela concedida em 1º grau: Restabelecimento imediato do pagamento integral da parcela "prêmio de incentivo" e quitação de parcelas vencidas, sem o trânsito em julgado. Matéria controvertida. Procedência da cautelar para imprimir efeito suspensivo ao Recurso ordinário..... 4/173

MOTIVAÇÃO INSUFICIENTE PARA A DISPENSA

- por justa causa. Conversão em dissolução do contrato sem justa causa..... 5/231

MOTORISTA

- Acidente de trânsito. Morte do empregado. Cumprimento de jornada, comumente, superior a 10 (dez) horas diárias. Trabalho exaustivo. Ilicitude decorrente de flagrante descumprimento de medidas de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantidas por norma de ordem pública (art.59, *caput*, da CLT). Culpa do empregador caracterizada. Dever de indenizar 4/173

MULTA

- Art. 477 § 8º da CLT. Demissionário..... 4/173
- do art. 477, § 8º, da CLT. Depósito bancário dos valores rescisórios..... 3/119
- do art. 477 da CLT. Homologação fora do prazo previsto no § 6º da CLT. Multa. Inaplicabilidade 5/232
- administrativa. Prescrição 6/291
- prevista no art. 475-J. Débito previdenciário. Inaplicável 1/39

MUNICÍPIO

- Contratação através de concurso público para a função de motorista e exercício de função de confiança. Reversão ao cargo efetivo. Possibilidade 4/173
- Contratação sem concurso público. Nulidade. aplicação da Súmula n. 363 do C. TST 1/33

- Convênio administrativo. Participação de projeto de integração social. Responsabilidade subsidiária 1/39
- de Botucatu. Promoção horizontal (ou adicional por tempo de serviço). Base de cálculo 6/291
- de Franca. Afastamento para fins eleitorais. Lei Complementar n. 64/90. Cômputo do período aquisitivo de férias. Incidência do art. 133, II, da CLT 6/291
- de Franca. Gratificação trimestral por não envolvimento em acidente de trânsito. Benefício restrito a cargos cuja atribuição seja a condução de veículos oficiais..... 5/232
- de Santa Gertrudes. Progressão funcional por antiguidade. Requisito 5/232
- de Urupês. Abono salarial. Reajuste salarial previsto em leis municipais. Aplicação do princípio da realidade.... 4/174
- Entidade filantrópica privada. Subvenção. Ausência de responsabilidade 3/119

NORMA COLETIVA

- Multa. Fato já previsto em lei. Irrelevância. Multa devida..... 5/232
- Prazo de validade. Princípio da ultratividade da norma. Descabimento 5/232

NULIDADE

- da sentença. Dispositivo..... 2/77
- dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia 4/174
- Sentença contrária à Fazenda Pública prolatada sem determinação de remessa necessária pelo juízo *a quo*. Homologação dos cálculos em valor superior a 60 salários mínimos. Não configuração da coisa julgada. Necessidade do duplo grau de jurisdição, mediante avocação dos autos. Reconhecimento. Inteligência do art. 475, § 1º, do CPC..... 6/291

OCORRÊNCIA

- em alojamento estabelecido para atender interesse econômico do empregador. Falta das condições de segurança. Acidente de trabalho configurado..... 5/233

OFÍCIO

- ao Ministério Público do Trabalho. Expedição determinada pela origem. Cabimento 4/181

PAGAMENTO

- efetuado a maior. Erro da Administração pública. Recebimento de boa-fé pelo servidor. Caráter alimentar da parcela. Devolução de valores indevida..... 4/174

PARCELA

- paga de forma ilegal. Ausência do direito de outros trabalhadores. Inaplicabilidade do princípio da isonomia 6/291

PEDIDO

- de demissão. Empregado com mais de um ano de serviço. Ausência de chancela sindical. Nulidade 4/174

PENHORA

- Aplicação em planos de previdência privada complementar VGBL. Possibilidade..... 3/119

- Bem de família. Imóvel passível de desmembramento. Subsistência da constrição judicial 4/174
 - Crédito decorrente de diferenças salariais pleiteadas em outra ação. Possibilidade..... 4/174
 - de imóvel. Único bem de família. Ônus do exequente de demonstrar a existência de outros imóveis de propriedade do executado..... 3/119
 - Embargos de terceiro. Adquirente de boa-fé. Desconstituição da penhora 2/77
 - Incidência sobre imóvel residencial. Existência de outro imóvel de propriedade do devedor. Não caracterização de bem de família. Possibilidade. Inteligência dos arts. 1º e 5º da Lei n. 8.009/1990..... 4/174
 - sobre fração ideal do imóvel. Ausência de intimação dos demais condôminos. Ausência de nulidade..... 6/291
 - sobre imóvel. Excesso de execução. Ausência de outros bens 5/233
 - Veículo registrado em nome do executado. Posse contestada. Necessidade de comprovação 3/119
- PERÍCIA**
- efetuada por fisioterapeuta. Admissibilidade..... 4/175
- PERÍODO**
- Pré-contratual. Expectativa legítima frustrada. Justificativa patronal não demonstrada. Indenização por dano pessoal. Cabimento..... 6/291
- PESSOA IDOSA**
- Antecipação de tutela contra a Fazenda Pública. Verba de natureza alimentar. Possibilidade 2/78, 3/119
- PETICIONAMENTO ELETRÔNICO**
- Indisponibilidade do sistema. Tempestividade da transmissão posterior..... 3/120
- PLANO**
- de saúde. Atendimento deficiente. Relação de consumo. Competência. Justiça do Trabalho..... 4/175
 - previdenciário e assistencial da Fundação CESP. Reconhecimento de vínculo de emprego com a CESP. Responsabilidade exclusiva da reclamada pelas contribuições. Inexistente 5/233
- PODER-DEVER DE EXECUÇÃO**
- Prescrição intercorrente 5/233
- PONTO**
- Controle de ponto. Recurso ordinário. Intervalo regularmente registrado. Ônus da prova..... 4/175
- PORTE DE ARMA**
- Fogo em local de trabalho. Encarregado de obra. Ausência de prova de registro e licença específica. Ofício ao Ministério Público. Pertinência (CPP, art. 40)..... 4/175
- PRESCRIÇÃO**
- Ação acidentária. Contagem do prazo. Aplicação da Lei civil..... 4/175
 - Ação acidentária. Prazo. Termo inicial. Possibilidade concreta e objetiva de conhecimento da lesão. Ocorrência 4/175
 - Ação de indenização. Doenças ocasionadas pela contaminação do meio ambiente do trabalho. Início do prazo prescricional somente com a ciência inequívoca do dano pelo trabalhador 3/120
 - contra a Fazenda Pública. FGTS. Prazo de trinta anos. Aplicação da Súmula n. 362 do C. TST 6/292
 - Danos materiais e morais. Prazo 4/176
 - *ex officio* 4/176
 - *ex officio*. Inaplicabilidade na Justiça do Trabalho 4/176
 - Indenização por dano material, moral e estético decorrente de acidente do trabalho. Lesão ocorrida antes da EC 45/2004. Aplicação da Lei civil. Regra de transição do art. 2028, do Código Civil. Prazo trienal contado a partir da data de vigência do novo Código Civil..... 4/176
 - Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho/doença profissional. Fato ocorrido depois da EC n. 45/2004..... 4/177
 - intercorrente 6/292
 - intercorrente. Aplicabilidade ou não. Requisitos... 1/40, 5/233
 - intercorrente. Aplicação na Justiça do Trabalho 5/233
 - intercorrente. Ausência de culpa exclusiva do autor. Incabível na espécie 2/78
 - intercorrente. Execução trabalhista. Inaplicabilidade 5/233
 - intercorrente. Exequente não intimado pessoalmente do arquivamento. Não cabimento. Analogia ao art. 267, §1º, do CPC..... 3/120
 - intercorrente. Impulso oficial. Falta de iniciativa 3/121
 - intercorrente. Impulso oficial. Falta de iniciativa 6/292
 - intercorrente. Inaplicabilidade na Justiça do Trabalho.... 4/177
 - intercorrente. Processo do Trabalho. Ausência de inércia do exequente. Inaplicabilidade..... 5/233
 - intercorrente. Processo do Trabalho. Inaplicabilidade... 4/177
 - Interrupção 6/292
 - quinquenal. Interrupção. Propositura de reclamação..... 3/121
 - quinquenal. Suspensão do contrato de trabalho. Acidente de trabalho 3/121
 - Recuperação judicial. Primazia do critério estabelecido pela norma constitucional 1/40
 - Recurso ordinário. Ação de indenização movida pelo empregador. Crédito decorrente da relação de emprego. Incidência do art. 7º, XXIX, da CF..... 4/177
 - Recurso ordinário. Reajuste. Lei revogada..... 4/177
- PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE**
- Conversão de mandado de segurança em reclamação trabalhista ordinária. Possibilidade 3/121
- PRISÃO**
- do trabalhador. Impedimento à fluência da prescrição bienal 3/121
- PROVA**
- pericial emprestada. Validade 5/234
- QUANTIFICAÇÃO**
- Indenizatória. Excesso 4/161
- QUITAÇÃO**
- de contrato de trabalho. Crédito trabalhista e civil. Coisa julgada..... 3/121

RADIALISTA

- Acúmulo de função. Cumulação de atividades de um mesmo setor. Adicional. Previsão legal.....4/177
- Acúmulo de funções atinentes a setores diversos. Adicional por acúmulo de funções. Impossibilidade. Necessidade de reconhecimento de novo contrato de trabalho.....4/177
- Acúmulo de funções em um mesmo setor. Cumulação de adicionais. Possibilidade.....4/177

READAPTAÇÃO

- Cargo de nível salarial superior àquele para o qual foi contratado. Desvio funcional, direito a diferenças salariais. Possibilidade.....6/292

REAJUSTE

- de vencimentos dos servidores públicos. Índices percentuais distintos para diferentes classes. Afronta ao disposto no art. 37, X, da Constituição da República. Diferenças salariais devidas àqueles que receberam reajuste percentual inferior.....4/178

RECURSO

- Adesivo interposto após a desistência do ordinário anteriormente tentado. Descabimento. Ocorrência de preclusão lógica e consumativa..... 1/40
- Adesivo. Recurso Ordinário. Interposição no prazo de contrarrazões. Conhecimento como recurso adesivo. Possibilidade.....3/121
- do devedor principal arguindo preliminar de carência do direito de ação e, no mérito, falta de responsabilidade subsidiária do tomador. Falta de preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Não conhecimento do recurso.....5/234
- Inovação fática à lide. Descabimento.....2/78
- ordinário e recurso adesivo interpostos pela mesma parte. impossibilidade. Princípio da unirrecorribilidade recursal. Preclusão consumativa. Recurso adesivo incabível.....4/178
- ordinário interposto antes da publicação do acórdão em embargos de declaração opostos pela parte adversa. Tempestividade.....6/293
- ordinário prepóster. Reiteração após publicação da decisão recorrida. Conhecimento.....4/178
- Ordinário. Ação Anulatória. Adjudicação. Intimação do devedor por edital, quando existente nos autos informação sobre seu endereço. Falecimento do devedor antes da hasta pública. Inexistência de intimação aos herdeiros legítimos. Nulidade. Infringência ao art. 687, § 5º, do CPC..... 1/40
- ordinário. Ação civil pública. Legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho. Tutela inibitória de condutas prejudiciais a grupo indeterminado de empregados. Interesse coletivo.....5/234
- ordinário. Ação de consignação em pagamento. Inexistência de dívida a saldar. Carência de ação configurada.....5/234
- ordinário. Acidente de trabalho ocorrido antes da EC n. 45. Ação ajuizada posteriormente à Emenda Constitucional. Danos morais e materiais. Aplicação do prazo prescricional civil.....5/234

- ordinário. Acordo judicial homologado. Multa prevista no art. 467 da CLT. Incidência da contribuição previdenciária.....2/79
- ordinário. Acordo perante comissão de conciliação prévia. Quitação expressamente limitada aos títulos transacionados. Inexistência da eficácia liberatória geral em relação ao contrato de trabalho..... 6/292
- ordinário. Adicional de insalubridade. Exposição a raios solares. Radiação não ionizante. Cabimento..... 2/79
- ordinário. Adicional por acúmulo de funções. Natureza jurídica. Hipóteses de cabimento..... 5/234
- Ordinário. Aposentadoria por invalidez. Impossibilidade de exercício do direito de ação decorrente de grave patologia. Suspensão do curso do prazo prescricional. Cabimento. OJ SBDI-1 n. 375 do C. TST..... 1/40
- ordinário. Assistência médica oferecida em caráter permanente aos inativos. SESIMED. Revogação posterior do benefício. Impossibilidade. Afronta ao art. 468 da CLT e à Súmula art. 51 do C. TST..... 6/292
- ordinário. Atraso no pagamento dos salários. Inclusão do nome do reclamante nos serviços de proteção ao crédito. ato ilícito caracterizado na forma do art. 186 do CC. Danos morais. Indenização devida..... 5/235
- ordinário. Audiência de instrução. Intimação do reclamante devolvida com a rubrica “mudou-se”. Incidência do art. 238, parágrafo único, do CPC. Ausência do reclamante. Reconhecimento da confissão ficta. Impossibilidade.....5/235
- ordinário. Contrato especial por prazo determinado. Lei 9.601/1998. Estabilidade acidentária possível e reconhecida.....2/79
- ordinário. Deserção suscitada pela falta de recolhimento da multa (1%) imposta em embargos de declaração considerados protelatórios. Parágrafo único do art. 538, do CPC. Não ocorrência..... 6/293
- ordinário. Dispensa imotivada. Abuso de direito. Violação do princípio da boa-fé objetiva..... 2/79
- ordinário. ECT. Plano de carreira. Promoção por antiguidade. Critérios subjetivos de movimentação. Afronta ao art. 37 da CF/1988. Invalidez..... 5/235
- Ordinário. Emissão de "CAT". Presunção da ocorrência de acidente do trabalho e de nexos causal..... 3/122
- ordinário. Empregado público estável. Aplicação de penalidade diversa da de demissão. Prévio processo administrativo ou sindicância. Inexigibilidade..... 5/235
- ordinário. Férias proporcionais. Despedida por justa causa. Conflito entre a CLT e a convenção n. 132 da OIT. Princípio da norma mais favorável. Teoria do conglobamento..... 5/235
- ordinário. Garantia de emprego da gestante. Extinção do estabelecimento. Irrelevância. Conversão da obrigação de reintegração em obrigação de indenização..... 5/236
- ordinário. Intervalo intrajornada. Redução. Autorização ministerial ineficaz..... 2/79
- ordinário. Intervalo intrajornada. Supressão deliberada pelo empregador, com a realização do pagamento previsto no art. 71, § 4º, da CLT. Mercantilização do trabalho. Conflito com os princípios basilares do direito do trabalho e do estado de direito. Impossibilidade..... 5/236
- ordinário. Intervalo para recuperação térmica. Art. 453

- da CLT. Aplicação a todos os trabalhadores que atuam em ambiente artificialmente refrigerado..... 5/236
- ordinário. Jornada de trabalho. Horas extras. Mulher. Intervalo previsto pelo art. 384 da CLT. Norma recepcionada pela CF. Inexistência de violação ao princípio da isonomia..... 5/236
- ordinário. Município de Monte Azul Paulista. Benefício cartão alimentar. Extensão aos servidores aposentados. Previsão. Lei municipal n. 1.424/2003. Devido 5/237
- ordinário. Município. Contratação temporária. art. 37, IX, da CF/1988. Incompetência da Justiça do Trabalho..... 5/237
- ordinário. Município. Funcionário ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Não sujeição à legislação trabalhista. Competência da Justiça Comum..... 5/237
- ordinário. Município. Funcionário ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Não sujeição à legislação trabalhista. Competência da Justiça Comum..... 6/292
- ordinário. Município. Terceirização. Associação sub-vencionada pelo poder público. Responsabilidade subsidiária do tomador 5/237
- ordinário. OSCIP. Enquadramento sindical patronal. Atividade preponderante. Observância do estatuto social..... 6/293
- Ordinário. Postulação inserta na causa de pedir. Não repetição no tópico específico do pedido. Irrelevância. Inépcia não caracterizada 1/40
- Ordinário. Sociedade de economia mista. Despedida de empregado. Ato vinculado à redução de despesas com a folha de pagamento, fato que não restou comprovado. Reintegração 3/122
- ordinário. Suspensão do contrato de trabalho. Doença ocupacional constatada anteriormente ao quinquênio constitucional. prescrição limitada às parcelas. renovação da lesão no tempo. Pretensão assegurada..... 2/79
- Ordinário. Terceirização empreendida por ente público. Coleta de lixo. Incidência da regra de isenção contida no art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação condicional. Necessidade anterior de integral cumprimento das demais disposições contidas na lei de licitações, incluindo a fiscalização integral da execução do contrato celebrado com o prestador de serviços..... 3/122
- ordinário. Trabalhador menor. Contrato de experiência. Intervenção de representante legal. Desnecessidade..... 6/293
- ordinário. Trabalhador rural do setor sucroalcooleiro. Inobservância do art. 36 da Lei n. 4.870/1965. Substituição da implementação do plano de assistência social por oferta de convênio médico oneroso. Danos materiais caracterizados. Indenização devida 2/80

REDUÇÃO

- do descanso intervalar. Autorização do Ministério do Trabalho..... 4/178

REGIME DE JORNADA

- 12x36. Horas extras habituais. Supressão do intervalo intrajornada. Trabalho reiterado em dias de folga. Descaracterização do acordo de compensação..... 3/122

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

- de imóvel em face da suspensão do contrato de trabalho decorrente de aposentadoria por invalidez6/293

RELAÇÃO DE EMPREGO

- "Chapa"2/80
- Recurso ordinário. Trabalhador contratado por meio de pessoa interposta para atuar diretamente na atividade-fim do tomador. Impossibilidade de afastamento da subordinação jurídica prevista no art. 3º da CLT. Reconhecimento do vínculo empregatício4/178

RELATIVIZAÇÃO

- da coisa julgada. Lide simulada. Extinção do processo sem resolução do mérito. Possibilidade3/122

REPRESENTAÇÃO

- sindical. Conflito. Prevalência do princípio da especificidade sobre o da territorialidade3/123
- processual. Ausência de representação processual. recurso. Não conhecimento4/178
- processual. Autarquia estadual paulista representada pela Procuradoria Geral do Estado. Regularidade. Inteligência do art. 99, inciso I, da Constituição bandeirante. Não aplicação da OJ n. 318, SDI-1/TST4/179

REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

- Empregados terceirizados4/179

REPRESENTANTE COMERCIAL

- Descontos. Não concretização dos pedidos. Inadimplência dos clientes. Possibilidade1/41

RESCISÃO INDIRETA

- Mora salarial. Princípio da proporcionalidade. Efeitos não trabalhistas do Decreto-lei n. 368/19684/179
- Ausência de depósitos fundiários. Parcelamento junto à CEF. Prejuízos ao trabalhador não configurados6/293

RESPONSABILIDADE

- civil acidentária. Morte do trabalhador no curso do processo. Legitimidade dos herdeiros para prosseguir no feito 1/41
- civil. Acidente de trabalho. Dano moral. Legitimidade dos irmãos da vítima. Coisa julgada5/237
- civil. Vigia morto em tentativa de assalto na reclamada. Risco decorrente da natureza da atividade do empregador e da profissão exercida pelo empregado. Incidência do art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Responsabilidade objetiva. Recurso ordinário3/123
- da empregadora.....4/176
- Empresa pública municipal. Intervenção. Sucessão trabalhista. Inocorrência5/238
- Reconhecimento da responsabilidade subsidiária trabalhista em ação autônoma. Impossibilidade jurídica do pedido5/238
- subsidiária. Administração pública. Contratação por processo licitatório. Inexistência de prova de culpa do ente público. Não cabimento4/179
- subsidiária. Administração Pública. Tomadora de

- serviços. Culpa *in vigilando*. Observância dos arts. 927 e 186 do CC 5/238, 6/294
- subsidiária. Arrendamento. Sucessão trabalhista. Configuração 5/238
- subsidiária. Contrato de distribuição. Inexistência de terceirização de serviços 6/294
- subsidiária. Dono da obra. Cabimento 3/123
- subsidiária. Ente público municipal. Reforma de terminal rodoviário 4/179
- subsidiária. Ente público 3/123
- subsidiária. Execução 4/179, 5/238

RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

- na fonte, pelo Município. Ausência de repasse da verba à União 1/32

RETIFICAÇÃO

- da guia GFIP. Obrigação do empregador 4/180
- de função na CTPS. Ausência de previsão no Código Brasileiro de Ocupações. Possibilidade 5/239

REVELIA

- Confissão ficta do empregador. Litisconsórcio. Fatos contestados pelo tomador dos serviços. Afastada a presunção de veracidade da narrativa contida na inicial. CPC, art. 320, I 6/292

REVISÃO ANUAL DOS SALÁRIOS

- Obrigação de fazer. art. 37, X, da CF 4/180

REVISTA DE EMPREGADOS

- de empregados. Dano moral. Configurado 6/294

SALÁRIO

- mensal. Fracionamento em duas rubricas distintas. Alteração contratual inválida (art. 468 da CLT) 2/80
- profissional do engenheiro. Fixação inicial em múltiplos do salário mínimo. Lei n. 4.950-A/1966. Constitucionalidade 6/294

SEQUESTRO

- humanitário. Doença grave e estado de necessidade demonstrados. Possibilidade. Inteligência do art. 1º, III, CF 6/295
- Pedido deferido. Agravo regimental que não ataca os fundamentos da decisão recorrida. Não conhecimento. Inteligência da Súmula n. 422 do C. TST 6/295

SERVIDOR

- celetista concursado. Exoneração em período probatório. Exigibilidade de motivação 2/80
- público. Admissão sem concurso público. Efeitos 5/239
- público. Agente comunitário de saúde. Garantia de emprego 2/80
- público. Benefício garantido por lei. Dotação orçamentária. Necessidade 5/239
- público. Cargo em comissão. Relação jurídica estatutária. Incompetência. Justiça do Trabalho 6/295
- público. Direito à negociação coletiva. Reconhecimento . 3/123
- público. Gratificação. Pagamento baseado em lei

- declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de SP. Inexistência de direito à incorporação. Art. 37 da Constituição da República e Súmula n. 473 do E. STF 6/295
- público. Majoração dos salários e vencimentos dos servidores em valor fixo, gerando reajuste salarial com índices diferenciados. Violação ao disposto no art. 37, inciso X, da CF. Diferenças salariais devidas 6/295
- Servidora pública. Cargo em comissão. Estabilidade provisória da gestante. Indenização devida 3/124

SINDICATO

- Criação. Ação anulatória procedente 4/180
- dos odontologistas do Estado de São Paulo. Contribuição sindical. Bitributação 6/295
- Substituto processual. Direitos individuais homogêneos ... 6/295

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Sindicato. Ausência do rol de substituídos quando do ajuizamento da ação. Irrelevância. Legitimidade ativa. Reconhecimento. Evolução jurisprudencial sobre o tema. Inteligência do art. 8º, III, CF 5/239

SUCCESSÃO

- Arrendamento. Configuração 2/80
- de empresas. Responsabilidade da sucessora pelos danos causados aos trabalhadores pela contaminação do meio ambiente, ainda que a responsabilidade tenha sido publicamente assumida pela empresa sucedida 3/120
- trabalhista. Intervenção. Responsabilidade principal 6/296

SÚMULA

- impeditiva de recurso. Aplicabilidade do art. 518, § 1º, do CPC ao Processo do Trabalho. Decisão em consonância com Súmula do C. TST. Inadmissibilidade recursal 2/80

SUSPENSÃO

- do contrato de trabalho. Plano de saúde. Manutenção 6/296

TAXA

- Selic. Juros. Processo trabalhista. Inaplicabilidade 2/81

TÉCNICO

- em radiologia *x* operador de radiologia. Atuação sem a observância dos requisitos legais. Impossibilidade 2/81

TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO

- inversa da pessoa jurídica. Possibilidade. Garantia da efetividade da execução 6/296

TERCEIRIZAÇÃO

- da atividade-fim. Contrato de facção. Irregularidade. Responsabilidade solidária 4/178
- de serviços. CEF. Atividade-fim. Isonomia salarial. Cabimento 4/180
- dos serviços. Concessionárias de serviços de telecomunicações. Legalidade. Exegese do art. 94, da Lei n. 9.472/1997 4/180
- ilícita. Caracterização. Responsabilidade solidária. Inteligência da Súmula n. 331, item I, do C. TST 3/124

- Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do CC, art. 67 e 71, § 2º da Lei n. 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI do C. TST e ADC 16 do STF..... 5/239
- Pessoa jurídica de direito público tomadora de serviços. Responsabilidade. Nulidade 4/180
- Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Processo de licitação. Art. 71 da Lei n. 8.666/1993 5/216

TOMADORA DE SERVIÇOS

- impedida de produzir prova testemunhal. Cerceamento de defesa caracterizado. Recurso Ordinário..... 1/41

TRABALHADOR

- avulso. Fraude na intermediação de mão-de-obra. Vínculo direto com a tomadora de serviços..... 1/41
- de embarcação fluvial em turnos de revezamento. Horas extras prefixadas em norma coletiva 4/181
- Labor por produção. Pagamento das horas extras com adicionais. Não incidência da OJ n. 235 do C. TST 6/296
- rural que reside na propriedade. Necessidade de agendamento para receber visitas. Abuso do poder diretivo 5/240
- rural. Colheita de laranjas. Serviço estafante e penoso. Ampliação de jornada. Pagamento do valor hora e adicional. Pertinência 6/296
- rural. Pausas durante a jornada de trabalho. NR-31 da Portaria n. 86/2005 do MTE. art. 72 da CLT. Aplicação por analogia 2/81
- rural. Trabalho a céu aberto. Agente calor. Insalubridade. Possibilidade de caracterização 4/181
- doméstico. Vínculo empregatício. Não caracterização.... 1/41
- em cartório extrajudicial. Competência 1/41

TRABALHO

- aos feriados em comércio varejista de frutas e verduras. Desnecessidade de autorização em convenção coletiva .. 4/181
- avulso. Não caracterização 4/181
- em câmara frigorífica. Adicional de insalubridade já pago pelo empregador. Direito ao intervalo previsto no art. 253 consolidado. Desnecessidade de perícia técnica para apuração da temperatura do ambiente do trabalho 1/42
- rural em domingos e feriados. Sistema de revezamento 5x1. Ausência de autorização da autoridade administrativa competente. 2/81
- rural. Inobservância da NR 31. Danos morais. Cabimento.....4/181

TRANSFERÊNCIA

- provisória de empregado para atender necessidade econômica da empresa. Retorno ao local a cada 15 dias. Adicional devido..... 5/240
- provisória de empregado para atender necessidade econômica da empresa. Retorno ao local de origem nos finais de semana. Adicional devido 1/42

TRANSPORTE DE VALORES

- Exposição a risco indevido. Dano moral caracterizado 6/296

TROCA DE UNIFORME

- Tempo à disposição3/124

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

- Alternância mensal. Caracterização4/181
- Jornada de trabalho que se desenvolve dentro de três períodos. Caracterização.....5/240

UNIÃO ESTÁVEL

- Inexistência de prazo de convivência para caracterização. Questão incidental relevante para a seara trabalhista a fim de se perquirir acerca da meação de companheira e da impenhorabilidade de alegado bem de família. Necessidade de dilação probatória6/296
- Reconhecimento. Prazo. Lei. Art. 8.971/19946/297

URBES

- Intervenção municipal. Ausência de responsabilidade solidária ou subsidiária do interventor6/297

USUFRUTO VITALÍCIO

- Imóvel gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. Interesse de agir. Embargos de terceiro. Cabimento.....1/42

VALE ALIMENTAÇÃO

- Natureza jurídica. Ente público. Inscrição ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)5/240

VALE TRANSPORTE

- Aptidão da prova4/182
- Direito do empregado. Desinteresse. Ônus da prova do empregador.....4/182

VENDA

- Cancelamento de venda por recusa do comprador em receber a mercadoria. Direito do vendedor à comissão....5/240
- de imóvel efetivada antes da citação do executado. Fraude à execução não configurada.....5/240

VIAGEM A SERVIÇO

- da empresa. Transporte gratuito em aeronave de seu proprietário. Responsabilidade objetiva do transportador e subjetiva do empregador. Vantagem indireta6/297

VÍNCULO

- de emprego. Desvirtuação do contrato de estágio. Não configuração3/124
- de emprego. Diretor eleito. Ausência de subordinação. Relação empregatícia não caracterizada2/82
- de emprego. Profissionais tipicamente liberais. Inexistência de subordinação pessoal ou técnica. Necessidade de elementos seguros relativos à subordinação jurídica. Recurso ordinário.....4/182
- empregatício. Contrato de autônomo. Realização da atividade-fim do empreendimento. Nulidade. Caracterização. Artigos 2º, 3º e 9º da CLT5/240
- empregatício. Contrato de empreitada.....5/241
- empregatício. Contribuições judiciais. Reconhecido judicialmente. Decadência. *Dies a quo*.....4/182
- empregatício. Habitualidade. Trabalho em finais de

semana. Caracterização4/182
- empregatício. Manicure. Subordinação jurídica.
Reconhecimento4/182
- empregatício. Médico plantonista. Presentes os
requisitos do art. 3º da CLT2/82
- empregatício. Ministério autêntico em que não há
atividade promocional de venda de salvação. Vínculo

inexistente 2/82
- empregatício. Salário *in natura*. Pescador profissional
artesanal. Ausência de vínculo empregatício 4/183

VIOLAÇÃO

- a direito material. Impossibilidade de alegação de ato
jurídico perfeito 6/297